



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 014

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
PFL	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 014

13ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Propostas de Emendas à

Constituição 03

Indicações 04

Requerimentos 06

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 13

Dep. Professor Luizão 14

Dep. Tadeu Veneri 14

Grande Expediente:

Dep. Elton Welter 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Ribas Carli Filho 20

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 21

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 23

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 25

Discussão / Votação:

2ª Discussão 26

2ª Discussão (Votação em) 26

Redação Final 33

2ª Discussão 33

1ª Discussão 33

Discussão Única (Indicações) 42

Requerimentos 42

Encerramento da Sessão 44

Publicações:

Atas de Comissões

Redação 44

DIÁRIO Nº 014

13ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

20 DE MARÇO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Ribas Carli Filho e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademir Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Durval Amaral, Pedro Ivo e Plauto Miró (03).

Em licença médica os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário e Mamede (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Propostas de Emenda à Constituição

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O inciso VII do artigo 75 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“VII - prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil e financeira, orçamentária e inspeções realizadas, ou outras quaisquer que se fizerem necessárias, no prazo máximo de trinta dias, salvo justificativa por escrito;”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Luiz Cláudio Romanelli, Luciana Rafagnin, Duílio Genari, Dobrandino da Silva, Augustinho Zucchi, Elton Welter, Professor Luizão, Valdir Rossoni, Péricles de Mello, Beti Pavin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Edson Strapasson, Antonio Anibelli, Elio Rusch, Osmar Bertoldi, Alexandre Curi, Marcelo Rangel, Cida Borghetti, Edgar Bueno, Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Ribas Carli Filho, Pastor Edson Praczyk e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 75, inciso VII, estipulou a obrigatoriedade do Tribunal de Contas prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, porém, a falta de prazo para que tais

informações sejam encaminhadas, acaba tornando o dispositivo ineficaz.

Assim sendo, necessário se faz estabelecer um prazo máximo para que as respostas aos pedidos de informação sejam enviadas a esta Casa de Leis, evitando que razões protelatórias prejudiquem o desenvolvimento dos trabalhos.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O artigo 53, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. As quatro primeiras vagas de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, ocorridas a partir da promulgação desta Constituição serão preenchidas de conformidade com o disposto no inciso XVII, do artigo 54, desta Constituição.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Rui Hara, Mauro Moraes, Rosane Ferreira, Osmar Bertoldi, Francisco Bühner, Cida Borghetti, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Edgar Bueno, Carlos Simões, Dr. Batista, Pastor Edson Praczyk, Luiz Fernandes Litro e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente Proposta de Emenda à Constituição, dando nova redação ao artigo 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, procurando adequar o texto do artigo à decisão do Supremo Tribunal Federal, sobre a ADIN 2.208, publicada no Diário da Justiça de 25 de junho de 2004, que declarou a inconstitucionalidade das expressões “cinco, Auditores e Controladores”, restabelecendo a expressão anterior “as quatro primeiras vagas de Conselheiro”.

Aproveitando a apresentação da proposição, estamos corrigindo erro material no texto, pois o inciso citado, que dá suporte a esse dispositivo, não é o XVIII, e sim o XVII.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação de matéria de relevante interesse para o Estado do Paraná.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo 6º ao artigo 85, da Constituição do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

§ 5º Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado, quem tiver exercido em caráter permanente

fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício, igual ao percebido pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

§ 6º Somente terá direito ao subsídio mensal e vitalício, de que trata o parágrafo anterior, o ex-Governador que tenha exercido o cargo até a promulgação da presente emenda constitucional, ficando os futuros Governadores sem direito a receber o respectivo subsídio.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) MAURO MORAES

Apoiamento:

Teruo Kato, Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Elton Welter, Artagão Júnior, Péricles de Mello, Carlos Simões, Caíto Quintana, Luiz Eduardo Cheida, Rui Hara, Marcelo Rangel, Beti Pavin, Jocelito Canto, Dr. Batista, Rosane Ferreira, Antonio Belinati, Felipe Lucas e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Amparado pelo Princípio da Moralidade, tomamos a iniciativa legislativa de retirar do texto constitucional deste nosso Estado do Paraná, um benefício imoral, concedido de forma mensal e vitalícia, similar a de um Desembargador do Tribunal de Justiça, às pessoas que exerceram o cargo de Governador do Estado.

É uma permissão constitucional para que haja acúmulo de aposentadorias imorais, pois pessoas que nem precisam ser eleitas para serem Governadores, tão somente precisam estar exercendo o cargo no momento em que cessar a investidura do cargo, quando terminam as legislaturas, adquirem o direito de receber, a título de representação, um subsídio, sendo que questionamos a representação, do que, se a outros Governadores exercendo poder e recebendo pela representação do cargo único de Governador.

Estamos vivendo um momento de intensa mudança nos destinos políticos do nosso Estado e do nosso País, em especial ao que concerne a Programa Fome Zero, instituído pelo Governo Federal, situação completamente incongruente com subsídios imorais, privilégios dados a alguns poucos Governadores, em detrimento dos pobres, do povo.

Esta prática deve ser suprimida, para o bem dos cofres do Estado, como exemplo a tantas outras situações peculiares, que também precisam ser revistas, com transparência e atendimento do interesse público maior, para o bem de todos os paranaenses.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 014/07

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - sejam tomadas as devidas providências para sanar problemas estruturais das escolas estaduais do

Município de Araucária elencadas: Colégio Estadual Araucária, Colégio Estadual Agalvyra Bitenkurt, Colégio Estadual Professor Elzeário Pitz, Escola Estadual Dias da Rocha, Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski, Colégio Estadual Lincoln Setembrino Coimbra, Colégio Deputado Vespertino Pimpão, Colégio Estadual Fazenda Velha, Colégio Estadual Helena Wisocki, Escola Estadual Ana Vernick Kawa, Colégio Estadual Guajuvira, CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos, Escola Estadual Joana Burkot Gurski, Escola Estadual Professor Zidzlau Zawadzki, Colégio Estadual Professora Cleide Leni Lopes Kurzawa, Colégio Estadual Professor João Nerli da Cruz.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica pela análise da situação precária em que se encontram as escolas estaduais no município de Araucária, abaixo relacionadas, concorrendo para baixa produtividade dos professores e aproveitamento insatisfatório dos alunos.

O último investimento em ampliação de espaços físicos foi a construção do Terceiro Bloco do Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski, em 1996, há mais de dez anos atrás. No ano passado, o Governo do Estado anunciou investimentos em uma nova escola na cidade, mas até o momento não há nada palpável.

1) Colégio Estadual Araucária - Ensino Médio noturno. Possui 180 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal João Esperandio, que oferece Ensino Fundamental diurno. Não possui quadra de esportes coberta. Conta com laboratório de ciências, mas não recebe equipamentos e materiais de pesquisa para alunos e professores. As estruturas físicas são péssimas (paredes com rachaduras, piso das salas em péssimo estado de conservação, etc.). A biblioteca está sem acervo adequado e não possui nem banheiro próprio para as professoras.

2) Colégio Estadual Agalvyra Bitenkurt - Ensino Fundamental e Médio. Possui aproximadamente novecentos alunos matriculados nos três turnos, não possui quadra coberta, as instalações elétricas e hidráulicas estão em péssimo estado de conservação. Possui espaço para laboratório de ciências, mas não recebe materiais e equipamentos de pesquisa para professores e alunos. A biblioteca está com acervo bibliográfico insuficiente para os alunos e professores e, há muito tempo, os Diretores solicitam às autoridades reformas na estrutura física, principalmente do telhado.

3) Colégio Estadual Professor Elzeário Pitz - Ensino Médio noturno. Possui 240 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Azuréia, no Bairro Tupi, Ensino Fundamental diurno. Iniciou as atividades em março de 2006 com quatro turmas, sendo que neste ano já foram matriculadas sete turmas e só não houve número maior de matrículas de alunos por falta de salas de aula. Os Diretores recla-

mam da falta de acervo bibliográfico para a biblioteca, laboratório de ciências e de informática, quadra coberta, mudança na estrutura física e principalmente mais segurança.

4) Escola Estadual Dias da Rocha - Ensino Fundamental diurno e noturno. Possui aproximadamente novecentos alunos matriculados e está necessitando de reformas gerais na estrutura física, elétrica, hidráulica e principalmente no telhado. Não possui quadra de esportes (por uma questão de espaço físico), laboratório de ciências e acervo bibliográfico.

5) Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski - Ensino Médio e Técnico. Possui aproximadamente 2.454 alunos matriculados nos três turnos em que funciona. Está concluindo o projeto da quadra coberta, mas precisam principalmente de equipamentos e materiais de pesquisa para o laboratório de ciências, livros para a biblioteca, reformas nas instalações elétricas e hidráulicas e equipamentos de informática.

6) Colégio Estadual Lincoln Setembrino Coimbra - Ensino Fundamental e Médio, diurno e noturno. Possui aproximadamente novecentos alunos matriculados nos três turnos. Não possui quadra de esportes, não possui espaço nem equipamentos para o laboratório de ciências. Embora bem conservado pela eficiência da Direção e da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), o colégio precisa de reparos nas estruturas elétrica e hidráulica.

7) Colégio Estadual Deputado Vespertino Pimpão - Ensino Fundamental e Médio. Possui 183 alunos matriculados e funciona nos turnos da tarde e noite, sendo que no período matinal é escola municipal. Não possui quadra de esportes coberta, não possui laboratório de ciências e de informática, necessita de reparos no telhado, nas instalações elétricas e hidráulicas.

8) Colégio Estadual Fazenda Velha - Ensino Fundamental e Médio. Possui aproximadamente 1.200 alunos matriculados e funciona nos três turnos. Necessita urgentemente de ampliação em função da localização e da demanda local existente. Suas estruturas físicas são ruins, não possui quadra de esportes, é deficiente quanto ao acervo bibliográfico, materiais e equipamentos de pesquisas para o laboratório de ciências. Seus Diretores, há tempos solicitam reformas e ampliação, bem como local para as aulas de educação física.

9) Colégio Estadual Helena Wisocki - Ensino Fundamental e Médio. Possui aproximadamente 1.100 alunos matriculados e funciona nos turnos manhã e noite. Funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Archelau de Almeida Torres. Tem necessidade de equipamentos e materiais para o laboratório de ciências, acervo bibliográfico para a biblioteca e equipamentos de informática, além de não possuir quadra de esportes coberta. A partir do mês de abril, passará por reformas gerais através da Prefeitura Municipal.

10) Escola Estadual Ana Vernick Kawa - Ensino Fundamental diurno. Possui 190 alunos matriculados,

está localizada no Distrito de Tietê e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Professora Andréia Schirreia. Apesar do bom trabalho feito pela Direção e Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), a escola permanece sem quadra coberta, necessita de livros para a biblioteca, além de materiais e equipamentos para o laboratório de ciências.

11) Colégio Estadual Guajuvira - Ensino Médio noturno. Possui 186 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Estadual Rosa Pichet, que oferece Ensino Fundamental diurno. Necessita urgentemente de um muro na parte dos fundos, o que ajudará a prevenir a invasão de vândalos que causam problemas para a administração. O colégio é bem administrado, não tem problemas de estrutura física, mas ainda não possui quadra coberta.

13) CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos - Possui aproximadamente 3.000 alunos matriculados com uma demanda crescente ano a ano. Não possui prédio próprio, o espaço é locado junto à Mitra da Cúria Metropolitana. Sofre da necessidade de equipamentos e espaço de toda a ordem. A Direção atual é eficiente e tem como objetivo se transferir para o prédio do Fórum, assim que o mesmo mude para as novas instalações que estão sendo construídas no Bairro Vila Nova.

14) Escola Estadual Joana Burkot Gurski - Ensino Fundamental diurno (manhã). Possui 150 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Edvino Novak, que oferece ensino de pré-escola à 4ª série. Iniciou suas atividades este ano e não possui quadra de esportes nem outros equipamentos de laboratório ou biblioteca e equipamento de cozinha.

15) Escola Estadual Professor Zidzlaw Zawadzki - Ensino Fundamental diurno (manhã). Possui 220 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel, que oferece ensino de pré-escola à 4ª série. Iniciou suas atividades este ano e não possui quadra de esportes nem materiais ou equipamentos de laboratório de ciências, de informática e biblioteca, bem como equipamento de cozinha.

16) Colégio Estadual Professora Cleide Leni Lopes Kurzawa - Ensino Médio noturno. Possui 156 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Marcelino de Andrade. Iniciou suas atividades este ano e não possui quadra de esportes, não possui laboratório de ciências, não possui laboratório de informática, não possui biblioteca, não possui espaço para secretaria e Direção e nem equipamentos de cozinha.

17) Colégio Estadual Professor João Nerli da Cruz - Ensino Médio noturno. Possui 110 alunos matriculados e funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Papa Paulo VI - Ensino Fundamental diurno. Iniciou suas atividades este ano e não possui biblioteca,

não possui laboratório de ciências, não possui laboratório de informática e nem equipamentos de cozinha.

Sabemos que o Governo do Estado tem trabalhado para melhorar a Educação no Paraná. As quatro novas escolas estaduais que foram abertas este ano, em estruturas físicas municipais, conseguiram de momento, atender a demanda. Apesar disso, se não forem construídas novas unidades e/ou adequadas as já existentes, durante o ano em curso, em 2008 nem o Município nem o Estado estarão em condições de absorver a crescente demanda das últimas séries do ensino fundamental e também do ensino médio.

INDICAÇÃO Nº 015/07

Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instituição de Regime Fiscal Especial aos estabelecimentos industriais instalados ou que vierem a se instalar no Município de Foz do Iguaçu, em relação ao ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

II - o benefício será concedido às indústrias dos ramos de confecção e outras atividades a serem definidas pelo Poder Executivo;

III - para fins de apuração do imposto referido, a título de benefício, será adicionado em 70% (setenta por cento), o valor do crédito de ICMS recebido pela aquisição de matéria-prima ou mercadorias, destinadas, exclusivamente, para industrialização pelos estabelecimentos de que trata o artigo 2º desta lei;

IV - o valor resultante do cálculo, incluído o benefício tratado nesta lei, fica limitado a 90% (noventa por cento) do valor do débito total do imposto apurado mensalmente;

V - o benefício somente poderá ser utilizado no mês de apuração, não se aproveitando em meses subsequentes;

VI - o benefício é extensivo aos demais municípios do Estado do Paraná, a critério do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Foz do Iguaçu tem uma história de desenvolvimento sócio-econômico vinculado a três grandes ciclos:

I - extração da madeira e cultivo da erva-mate;

II - construção da Hidrelétrica da Itaipu; e,

III - exportação e turismo de compra.

O primeiro com um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná.

A partir da década de 1970, teve o início do segundo ciclo, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, verificou-se o crescimento exponencial da população de Foz do Iguaçu. O canteiro de obras no rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, a maioria barrageiros vindos de todo o país, juntamente com o pessoal técnico

de alto nível, que construíram a hidrelétrica considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. Na década de 70 no início da construção da usina, a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34.000 habitantes, passando para 190.000 habitantes no início da década de 90 quando a usina foi inaugurada, e no final do século cerca de 270.000 habitantes. Dados que permitem inferir a natureza dos problemas sócio-econômicos que a cidade enfrenta devido o rápido aumento de sua população.

O terceiro ciclo, caracterizado pela conjunção do turismo de compras decorrentes dos sucessivos planos a partir do Plano Cruzado, em 1986 e a exportação que floresceu no período de 1977 a 1994.

Tanto Foz do Iguaçu, quanto a Ciudad del Leste receberam forte fluxo migratório que proporcionou a cidade um espantoso desenvolvimento, pois, no auge do turismo de compra, a região oferecia oportunidade de renda a todos que aqui chegavam, sem exigir qualificação profissional. Do lado empresarial e formal, a infra-estrutura para recepcionar o contingente de compristas, que chegou em 1994 a cerca de 3.500.00, se multiplicou de forma extraordinária, enquanto milhares de pessoas entraram com facilidade no mercado informal. Dados levantados na época demonstravam que, em média cada comprista deixara cinquenta dólares em Foz do Iguaçu, 1.500 dólares em Ciudad del Leste e 150 dólares no trajeto.

Neste período, Ciudad del Leste se tornou o terceiro centro comercial do planeta, com um movimento financeiro em torno de doze bilhões de dólares/ano.

Com a implantação do MERCOSUL, que facilitou as exportações e importações, o turismo de compra e o comércio exportador de Foz do Iguaçu foram praticamente nocauteados.

No ano de 1994, o número de turistas, excluindo-se os visitantes do Parque Nacional, foi aproximadamente 3.500.000. Já no ano de 2000 esse número foi apenas de 900.000, verificando-se uma queda acentuada na ordem de 2.400.00 compristas, gerando desemprego em massa e aumento da miséria com relação aos iguaçuenses.

O desemprego de Foz do Iguaçu atinge cerca de 35.000 pessoas, aproximadamente 13% da população oficial do município contada pelo Censo do IBGE realizado no ano de 2000. Esse índice é acima da média nacional, que é aproximadamente 8% da população brasileira. Responsabilidade que pesa, não somente para o município, mas também para os Governos Estadual e Federal, que não podem fechar os olhos para a região que continua sendo a fronteira mais movimentada do Brasil.

É necessário observar que o município não tem indústria nem agricultura, porém tem um segmento que pode vir a ser ainda melhor para o seu desenvolvimento, que é o setor de serviços e de comércio voltado para o mercado externo, principalmente aos países da tríplice fronteira.

A alta da moeda americana e os acordos realizados com os países do MERCOSUL criaram dificuldades

imensas para os comerciantes do Município de Foz do Iguaçu, ocasionando falências e desemprego em massa.

Diante do exposto, conta o signatário com o apoio dos demais Pares para aprovação da matéria em pauta, que tem por objetivo reduzir a carga fiscal e criar fato novo, minimizando a crise que se abate sobre o comércio e sobre a comunidade de Foz do Iguaçu.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 054/07, item 02 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a votação nominal para o Projeto de Lei Complementar nº 055/07, item 09 da Ordem do Dia, que instituiu a Região Metropolitana de Cascavel.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação do Projeto de Lei nº 35/07 aos Projetos de Lei nº 181/07 e 96/07, que já se encontram anexados.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão do dia 26 de março, segunda-feira, no horário do Grande Expediente, o Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, Secretário de Estado de Obras Públicas, para fazer explanação sobre os trabalhos, obras e programas daquela Pasta.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Rui Hara, Edgar Bueno, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Ribas Carli Filho e Elio Rusch.

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovada, na forma regimental, a realização de um Seminário Legislativo sobre Regiões Metropolitanas e Planejamento e Gestão de Desenvolvimento Regional Integrado, neste Plenário, da Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 18 de abril de 2007, das 9 às 13 horas, com a participação de diversas entidades, a ser coordenado pela direção desta Casa.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) ELTON WELTER

Apoiamento:

Professor Luizão.

JUSTIFICATIVA:

Tramitam nesta Casa de Leis diversas proposições legislativas que propõem a criação de quase uma dezena de novas Regiões Metropolitanas. A questão também está recebendo estudos pelo Poder Executivo Estadual, assim como é objeto de debates na imprensa, e principalmente entre os Pares desta Casa, neste Plenário e nas Comissões.

A implementação de Planos Governamentais Integrados e a sua execução regional, dada a sua grandeza e importância, requer a realização de um Seminário desta natureza, no Plenário da Casa, com a participação e envolvimento da sociedade e dos agentes públicos estaduais e municipais no referido processo.

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na Ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do filho do ex-Prefeito Sr. Pedro Dall'Ago e Sra. Nilva Dall'Ago e sobrinho do Vice-Prefeito Afonso Dall'Ago, do Município de Flórida, Sr. Paulo Sérgio Dall'Ago, ocorrido no dia 11 de março de 2007.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma tristeza perder um amigo de longa data, um companheiro honrado, pessoa boníssima e querida por todos, profissional da agricultura que enalteceu-a com seu brilho e sua competência. Deixou lembrança imorredoura entre colegas, amigos e familiares.

Faleceu dia 11 de março, profissional honrado, Sr. Paulo Sérgio Dall'Ago, deixou viúva a Sra. Leila Cesnick Dall'Ago e filhos.

O passamento do Sr. Paulo Sérgio Dall'Ago, veio abrir uma enorme lacuna no seio da família, bem como em seu vasto círculo de amigos. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos e de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. O tempo não apaga a dor trazida por perda dessa magnitude, fica uma grande lacuna em nossas vidas pela falta do amigo querido, pai carinhoso, marido atencioso, filho amado, espaço que ninguém poderá ocupar. Só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda família, que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável do ente querido.

REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar à família do Sr. Annibal Bianchini da Rocha, com 78 anos de idade, neste domingo, na Cidade de Maringá.

Era pioneiro de Maringá, engenheiro agrônomo e florestal, faleceu vítima de falência múltipla dos órgãos, em razão de um câncer. Era conhecido como o Jardineiro de Maringá, pela sua participação no paisagismo da Cidade Canção, pois foi contratado para prestar serviços à Companhia Melhoramento do Norte do Paraná.

Por sua contribuição à cidade, recebeu muitas homenagens ao longo de sua vida. Entre elas, em 1965 recebeu o título de Cidadão Benemérito de Maringá.

A família enlutada recebeu as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de congratulações pela passagem de dez anos de fundação da FEMSA Cerveja do Brasil em Ponta Grossa.

Requer ainda, que seja dada ciência à Diretoria da empresa, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Tocantins, 199, Bairro Cará-Cará - CEP 84.050-130 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Onaireves Rolim de Moura, pela acertada decisão de restringir o ingresso à Divisão de Acesso do Campeonato Paranaense, aos atletas nascidos até 1º de janeiro de 1984, ou seja, com até 23

(vinte e três) anos, valorizando assim os novos talentos e incentivando-os a dedicarem-se ao sonho de tornarem-se jogadores de futebol.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada à Federação Paranaense de Futebol, Av. Victor Ferreira do Amaral, 1930 - Tarumã - CEP 82.810-350 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à S. Exa. Revma. Dom Jaime Luiz Coelho, pelos seus cinquenta anos de trabalho episcopal, e pelos cinquenta anos da instalação da Diocese de Maringá, que serão comemorados no Parque de Exposições de Maringá, no próximo domingo, dia 25 de março.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de louvor ao Policial Militar Adriano César Gralak, lotado no 12º Batalhão da PM, pelo excelente trabalho realizado no salvamento do menor Ernando Vítor Fagundes, ferozmente atacado por um cão e que, sem a interferência do policial, poderia não ter sobrevivido.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao 12º Batalhão de Polícia Militar, a Rua Curupaitis, 1132 - Bairro Santa Quitéria - CEP 80.310-180 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de louvor às Soldados Andréia Frari Soares e Marisa Fátima Becker, lotadas no 16º Batalhão da Polícia Militar no Município de Guarapuava, pelo excelente trabalho realizado ao retirarem com vida duas pessoas de uma residência em chamas, mesmo colocando em risco suas próprias vidas.

Requer ainda, que se dê ciência às mesmas, através de correspondência individual a ser encaminhada ao 16º Batalhão de Polícia Militar, a Rua XV de Novembro,

1947 - Morro Alto - Caixa Postal 619 - CEP 85.065-000 - Guarapuava/PR

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Fernando Haddad, Ministro da Educação, e ao Sr. Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, para possíveis esclarecimentos em relação à construção e implantação de Unidades de Escolas Técnicas Federais e Centros Federais Tecnológicos no Paraná, em especial no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido deve-se a notícias divulgadas pela imprensa do Paraná, citando o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que, segundo as informações, desenvolveu estudos para implantar mais seis novas escolas técnicas federais no Estado, ao longo dos próximos quatro anos.

Contudo, o Município de Guarapuava, cidade pólo de uma região com mais de 500.000 habitantes, no Centro do Paraná, é a única sede regional em nosso Estado que não consta desse plano de expansão, apesar de toda a sua representatividade sócio-econômica, localização estratégica e da necessidade premente de qualificação de mão-de-obra.

Cabe salientar que Guarapuava já esteve em vias de receber a implantação de um Centro Federal Tecnológico - CEFET, inclusive com a destinação de um terreno e a edificação de um grande complexo, que hoje se encontram cedidos provisoriamente a um *campus* da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

Diante do exposto, é de fundamental importância para a população guarapuavana obter informação oficial do MEC sobre qual a previsão de investimentos federais no campo do ensino técnico e tecnológico no Paraná, bem como se existe a possibilidade de retomada do Projeto CEFET em Guarapuava/PR e por qual motivo esta sede regional não foi incluída no anunciado plano de expansão do ensino técnico e tecnológico pelo Governo Federal.

REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao DER - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem para determinar a imediata suspensão da diferenciação da cobrança de pedágios mediante cartão vale-pedágio.

A presente indicação funda-se no fato de que as concessionárias de rodovias pedagiadas do Estado do Paraná atualmente cobram das empresas e dos transportadores autônomos a integralidade de eixos do veículo, independentemente se estar rodando ou não, quando o pagamento é feito através de cartão vale-pedágio, sendo que o mesmo procedimento não é adotado quando o pagamento é feito em moeda corrente, ou seja, só cobram os eixos que estiverem efetivamente rodando. Esta diferenciação de preços não pode prosseguir.

A relação presente neste caso é considerada como de consumo, sendo portanto regida pelo Código de Defesa do Consumidor. No que tange a preço, a lei consumerista assegura, em seu artigo 39, que é proibida a cobrança de vantagem manifestamente excessiva, bem como a proibição de elevação injustificada de preços, como podem ser configurados no caso presente. Ora, em não sendo usados todos os eixos, não há que se cobrar pela totalidade. Ademais, o mesmo Código traz a idéia de que não se pode praticar a diferenciação pura de preços, como ocorre atualmente no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) RENI PEREIRA

Apoiamento:

Ribas Carli Filho, Elio Rusch, Antonio Belinati, Cida Borghetti, Rosane Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Por força de determinação da ANTT, as empresas de transportes do Estado tiveram que adquirir o equipamento para carregar os créditos e são obrigadas a anteciparem recursos na conta corrente onde são debitados os cartões, antes mesmo do início da operação de transportes, sendo que o recebimento do serviço, na maioria das vezes, só ocorre quando da entrega das mercadorias no destino.

Não bastasse este dispêndio de recursos antecipado, e a conseqüente facilitação da cobrança para com as concessionárias rodovias pedagiadas do Estado, as referidas empresas, quando do retorno dos veículos vazios, não aplica o mesmo critério de cobrança em dinheiro e com o cartão vale-pedágio.

Se o caminhão estiver com os eixos levantados e pagar em dinheiro, só paga o pedágio em relação aos eixos que estão rodando, conforme estipulado em todas as praças que a cobrança é por eixo. Porém, se o mesmo caminhão fizer uso de vale-pedágio, é debitado integralmente todos os eixos, independentemente de estarem rodando ou não.

Na prática, tal discricionariedade, que certamente não encontra respaldo na lei, tem causado transtornos e prejuízos à categoria de transportes, seja empresarial ou autônoma, pois encarece em muito o pagamento em cartão dos retornos sem cargas, chegando a custar aproximadamente R\$ 100,00 (cem reais) a mais no trecho de Paranaguá a Cascavel de um caminhão bi-trem.

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Dr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, com cópias para o Diretor do DETRAN, solicitando providências no sentido de intervir junto ao Banco do Brasil, para o aumento dos caixas nas agências que estão servindo para o recolhimento das taxas de ICMS e IPVA, uma vez que estão causando transtornos para os contribuintes que ficam horas nas filas.

Com a obrigatoriedade de se recolher as taxas de ICMS e IPVA no Banco do Brasil, cresceu assustadoramente o número de contribuintes nos caixas das agências do BB, causando transtornos sérios à população, que muitas vezes precisa fazer o recolhimento na hora do seu almoço.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Exmo. Sr. Rogério Tizzot, solicitando do mesmo a construção e pavimentação do Contorno Norte no Município de Cambé.

Segundo correspondência da Câmara Municipal de Cambé, já existe projeto para essa obra. Contudo, a demora na execução da mesma vem prejudicando sobremaneira o desenvolvimento da referida região.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Exmo. Sr. Rogério Tizzot, solicitando do mesmo a pavimentação asfáltica do prolongamento da Av. Vereador Antonio Bortolotto, no Distrito de Iguatemi, em Maringá.

O referido trecho é ligação para o Conjunto Habitacional Santa Terezinha e inicia-se entre os lotes 114-115/14 da quadra 999-J e o lote 124/23 da quadra 999-B e se estende até os lotes 117 e 102/104.

Trata-se de antiga reivindicação dos moradores da região, haja vista que esse prolongamento faz a ligação

da área central do Distrito de Iguatemi com o Conjunto Santa Terezinha, que existe desde 1994.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do artigo 55 da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente da COHAPAR, solicitando informações a respeito do andamento do processo de Regularização Fundiária da Vila Nova Caiobá - Matinhos - PR. O referido loteamento está sendo feito em parceria com a Empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Segundo os moradores da Vila Nova Caiobá, no Município de Matinhos/PR, eles não recebem informação por parte dos dirigentes do litoral da Empresa Terra Nova, parceira da COHAPAR, e os mesmos estão sendo ameaçados de despejo.

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, após ouvido o douto Plenário, informações sobre o processo de licitação para a compra de 22.000 televisores para as escolas estaduais, conforme segue:

1) Diante da especificidade do produto, segundo características constantes do edital, demonstrar quais os parâmetros e critérios utilizados para enquadrá-lo no conceito de produto comum, para sua aquisição através da modalidade de pregão eletrônico, previsto na Lei 10.520/02? Considerando, inclusive, o fato de que a mercadoria precisou ser objeto de encomenda especial do fabricante CCE.

2) A empresa vencedora do certame licitatório, Indústria de Móveis Cequipel Paraná Ltda, irá agregar valor ao preço do produto adquirido da CCE? Quanto pagará por unidade? A CCE já entregou a mercadoria a encomendante Cequipel? Houve destaque do ICMS na nota fiscal de saída da mercadoria do fabricante para a Cequipel? Qual o valor da mercadoria com e sem o imposto nessa operação?

3) Na nota fiscal de saída da mercadoria da Cequipel para o Governo do Estado, haverá destaque e consequente pagamento do ICMS?

4) Houve algum desconto no preço da mercadoria, em função da redução da carga tributária ou da grande quantidade adquirida? Informar o preço final do produto com ICMS e com o desconto do ICMS.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Apoiamento:

Duílio Genari, Edgar Bueno, Valdir Rossoni, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Rui Hara, Ribas Carli Filho e Elio Rusch.

REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, Valter Bianchini, após ouvido o douto Plenário, informar quais os fatos que motivaram as auditorias procedidas na CEASA para verificar irregularidades denunciadas e o que foi efetivamente apurado, culminando com a exoneração de quatro de seus Diretores.

Requerem ainda o encaminhamento de cópia integral do relatório e da conclusão das auditorias procedidas na empresa.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, RIBAS CARLI FILHO, ELIO RUSCH, RUI HARA e EDGAR BUENO.

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM pedido de informações ao Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL, Sr. Virgílio Moreira Filho e ao Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná, Sr. Julio Maito Filho, sobre a conclusão das investigações procedidas por técnicos do Ministério da Indústria e do Comércio, a pedido deste último, relativamente à emissão de documento pela JUCEPAR, em descompasso com as atividades da empresa J. Malucelli Energia S/A, descritas em seu contrato social, devidamente arquivado naquela Junta Comercial, juntando cópia da certidão expedida e do respectivo contrato social.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(aa) VALDIR ROSSONI, DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, EDGAR BUENO, ANTONIO BELINATI, MARCELO RANGEL, RUI HARA, RIBAS CARLI FILHO e ELIO RUSCH.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 144/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Regime Fiscal Especial aos estabelecimentos industriais instalados ou que vierem a se instalar no Município de Foz do Iguaçu, em relação ao ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

Art. 2º O benefício de que trata esta lei será concedido às indústrias do ramo de confecção e outras atividades a serem definidas pelo Poder Executivo.

Art. 3º Para fins de apuração do imposto referido no artigo 1º desta lei, a título de benefício, será adicionado em 70% (setenta por cento), o valor do crédito de ICMS recebido pela aquisição de matéria-prima ou mercadorias destinadas, exclusivamente, para industrialização pelos estabelecimentos de que trata o artigo 2º desta lei.

§ 1º O valor resultante do cálculo do *caput* deste artigo, incluído o benefício tratado nesta lei, fica limitado a 90% (noventa por cento) do valor do débito total do imposto apurado mensalmente.

§ 2º O benefício somente poderá ser utilizado no mês de apuração, não se aproveitando em meses subsequentes.

Art. 4º O benefício, de que trata esta lei, é extensivo aos demais Municípios do Estado do Paraná, a critério do Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da regulamentação por parte do poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.03.07

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Foz do Iguaçu tem uma história de desenvolvimento sócio-econômico vinculado a três grandes ciclos:

I - extração da madeira e cultivo da erva-mate;

II - construção da Hidrelétrica de Itaipu; e,

III - exportação e turismo de compra.

O primeiro com um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná.

A partir da década de 1970, teve o início do segundo ciclo, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, verificou-se o crescimento exponencial da população de Foz do Iguaçu. O canteiro de obras no rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, a maioria barrageiros vindos de todo o País, juntamente com o pessoal técnico de alto nível, que construíram a hidrelétrica considerada

uma das sete maravilhas do mundo moderno. Na década de 70 no início da construção da usina, a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34.000 habitantes, passando para 190.000 habitantes no início da década de 90 quando a usina foi inaugurada, e no final do século cerca de 270.000 habitantes. Dados que permitem inferir a natureza dos problemas sócio-econômicos que a cidade enfrenta devido o rápido aumento de sua população.

O terceiro ciclo, caracterizado pela conjunção do turismo de compras decorrentes dos sucessivos planos a partir do Plano Cruzado, em 1986 e a exportação que floreceu no período de 1977 a 1994.

Tanto Foz do Iguaçu, quanto a Ciudad del Leste receberam forte fluxo migratório que proporcionou à cidade um espantoso desenvolvimento, pois, no auge do turismo de compra, a região oferecia oportunidade de renda a todos que aqui chegavam, sem exigir qualificação profissional. Do lado empresarial e formal, a infra-estrutura para recepcionar o contingente de compristas, que chegou em 1994 a cerca de 3.500.000 se multiplicou de forma extraordinária, enquanto milhares de pessoas entraram com facilidade no mercado informal. Dados levantados na época demonstravam que, em média, cada comprista deixara cinquenta dólares em Foz do Iguaçu, 1.500 dólares em Ciudad del Leste e 150 dólares no trajeto.

Neste período, Ciudad del Leste se tornou o terceiro centro comercial do planeta, com um movimento financeiro em torno de doze bilhões de dólares/ano.

Com a implantação do MERCOSUL, que facilitou as exportações e importações, o turismo de compra e o comércio exportador de Foz do Iguaçu foram praticamente nocauteados.

No ano de 1994, o número de turistas, excluindo-se os visitantes do Parque Nacional, foi aproximadamente 3.500.000. Já no ano de 2000 esse número foi apenas de 900.000, verificando-se uma queda acentuada na ordem de 2.400.000 compristas, gerando desemprego em massa e aumento da miséria com relação aos iguaçuenses.

O desemprego de Foz de Iguaçu atinge cerca de 35.000 pessoas, aproximadamente 13% da população oficial do município contada pelo censo do IBGE realizado no ano de 2000. Esse índice é acima da média nacional, que é aproximadamente 8% da população brasileira. Responsabilidade que pesa, não somente para o município, mas também para os Governos Estadual e Federal, que não podem fechar os olhos para a região que continua sendo a fronteira mais movimentada do Brasil.

É necessário observar que o município não tem indústria nem agricultura, porém tem um segmento que pode vir a ser ainda melhor para o seu desenvolvimento, que é o setor de serviços e de comércio voltado para o mercado externo, principalmente aos países da tríplice fronteira.

A alta da moeda americana e os acordos realizados com os países do MERCOSUL criaram dificuldades

imensas para os comerciantes do Município de Foz do Iguaçu, ocasionando falências e desemprego em massa.

Diante do exposto, conta o signatário com o apoio dos demais Pares para aprovação da matéria em pauta, que tem por objetivo reduzir a carga fiscal e criar fato novo, minimizando a crise que se abate sobre o comércio e sobre a comunidade de Foz do Iguaçu.

PROJETO DE LEI Nº 145/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os planos de assistência à saúde que condicionam tratamentos médicos e hospitalares a autorizações prévias, ficam obrigados a manter em funcionamento nos hospitais privados conveniados, situados no Estado do Paraná, um centro de atendimentos a seus usuários.

Art. 2º Os centros de atendimentos de que trata o artigo 1º deverão funcionar 24 horas por dia, a fim de analisar, imediatamente, as autorizações necessárias aos tratamentos médicos e hospitalares.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada visa assegurar aos pacientes que possuem planos de assistência à saúde, centros de atendimento 24 horas por dia em hospitais privados conveniados, situados no Estado do Paraná.

O projeto é de extrema importância, pois garantirá ao associado uma maior tranquilidade no atendimento aos problemas de saúde que necessitam de imediata solução.

Atualmente os planos de saúde obrigam seus usuários a solicitar autorizações prévias nos procedimentos mais complexos. Estes procedimentos complexos e emergenciais, muitas vezes por falta de um atendimento rápido e adequado, causam graves danos à saúde do usuário do plano.

Assim sendo, o projeto pretende manter 24 horas por dia um atendimento mais eficaz.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 146/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o ano de 2008 como o Ano de Intercâmbio Brasil/Japão.

Parágrafo Único. O ano de 2008, por ser Ano do Centenário da Imigração Japonesa - IMIN 100 deverá através desta lei, incentivar o intercâmbio entre os dois países irmãos Brasil e Japão, nas áreas da cultura, das artes, do esporte, da educação e do comércio e indústria.

Art. 2º O Governo do Estado do Paraná regulamentará a presente lei, buscando incentivar, através das respectivas Secretarias de Estado, o presente intercâmbio.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Durante esses quase cem anos que nos separam da primeira viagem do Kasato Maru - navio que trouxe os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil - muitos foram os intercâmbios feitos entre brasileiros e japoneses.

No entanto, as coisas foram acontecendo, regulamentadas pelo interesse do momento, sem que tivesse havido uma política específica sobre o assunto. Pretende o presente projeto de lei, considerar o ano de 2008 (quando será comemorado o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil - IMIN 100) como o ano do Intercâmbio Brasil/Japão.

Durante esse ano, o Governo do Estado do Paraná regulamentará, através de decreto ou outro tipo de regulamentação oficial, a criação, o incentivo e o desenvolvimento de projetos de intercâmbio entre o Brasil e o Japão nas áreas da cultura, esporte, artes, educação e comércio e indústria, como parte das comemorações dos cem anos da imigração japonesa no Brasil.

O Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, convidado pela Casa Civil para opinar sobre o presente projeto, disse que considera de grande importância a sua aprovação para que possamos dar continuidade ao intercâmbio já estabelecido no setor educacional, que nos proporcionou a oportunidade de enviarmos profissionais da Educação, àquela nação japonesa para conhecer o seu sistema de ensino. Também objetiva esta lei, dar ao Governo do Estado o instrumento para que seja regulamentado esse intercâmbio, fazendo do Paraná um Estado pioneiro nesse setor.

Assim, peço o apoio dos demais Parlamentares, visando sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje, na tribuna, quero fazer uma homenagem ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol, o nosso Onaireves Rolim de Moura. Quero cumprimentá-lo por iniciar, neste próximo fim de semana, a 2ª Divisão do Futebol do Paraná. Paraná que vai ter este ano a 2ª Divisão de profissionais do Paraná com a presença de jogadores de até 23 anos.

Esse é o maior incentivo para o fortalecimento do futebol jovem, dos meninos, para diminuir a violência neste Estado, porque toda vez que o jovem praticar esporte, automaticamente, estamos investindo em segurança. O jovem que pratica esporte, além de ser um jovem sadio, é um jovem que tem o que fazer. O espelho é o futebol. E este ano, o Presidente com os demais times, definiu que o campeonato de Acesso da 2ª Divisão vai ser com atletas de até 23 anos. Este é um grande passo para o futuro do futebol do Paraná.

Então, Sr. Presidente, estou registrando hoje este voto de louvor ao Presidente Onaireves e a toda a Diretoria da Federação Paranaense de Futebol. Domingo inicia o campeonato, com abertura oficial em Ponta Grossa, onde o nosso Operário Ferroviário volta a disputar um campeonato ao lado das equipes de Francisco Beltrão, Toledo, Pitanga, Campo Mourão, Umuarama, Foz do Iguaçu e Real Brasil aqui de Curitiba. São oito equipes que vão disputar a Divisão de Acesso, sendo que dois times se classificam neste ano para subir à 1ª Divisão no próximo ano.

Ponta Grossa agradece, porque tem uma cultura esportiva, tem um momento muito bom e merece essa oportunidade.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, registro hoje, em nome de todas essas equipes, em nome dos demais Deputados - Deputado Dobrandino, V. Exa. que vem de Foz do Iguaçu, tenho certeza de que lá o time também está satisfeito - porque os jovens de 23 anos vão ter a oportunidade, vão ser os espelhos para os nossos meninos dos bairros, das vilas e vai fortalecer o futebol nessas cidades.

Registro o voto de cumprimento e apoio ao Presidente, de que a decisão é correta. Apoiar os meninos. Todo ano tem a Copa São Paulo de Futebol Júnior e lá se destacaram os maiores jogadores que estão no mundo, hoje. Agora o Paraná dá o exemplo, através do seu Presidente Onaireves Moura, que tem trabalhado muito pelo esporte no Paraná. Alguns o criticam, mas entre as críticas e o trabalho, fico com o trabalho dele, porque tem lutado e deixado em pé o futebol do Paraná. Os meus votos de louvor, parabéns e meus votos de incentivo para que ele continue lutando, principalmente pelos jovens. E cumprimentar toda a Diretoria da Federação por este ano valorizar os atletas de até 23 anos. Esse é o caminho da melhoria, em todos os aspectos do Paraná, da saúde, da segurança. É o jovem, o espelho do futebol, querendo praticar esporte.

Por isso, eu registro e cumprimento o Presidente da Federação, que teve a coragem de peitar tudo e fazer o

campeonato da Divisão de Acesso até 23 anos. Parabéns, Presidente Moura, em nosso nome, dos Deputados e em nome daqueles que gostam de futebol.

Fica este registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Jocelito.

Concedo a palavra ao Professor Deputado Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, 1ª Secretária, 2º Secretário, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes.

Inscrevi-me para falar sobre a criação da nova Diocese de São José dos Pinhais, que vai ser comandada pelo Bispo Ladislau, que é nascido em Campo Mourão, em 1937, quando Campo Magro ainda pertencia a Almirante Tamandaré, filho de imigrantes poloneses, ligados à agricultura.

Dom Ladislau sempre teve um trabalho ligado às pastorais, aos movimentos sociais, na luta pela reforma agrária, reconhecidamente em favor dos mais pobres, tanto que foi considerado pelo Governador Roberto Requião, como o “Bispo dos Pobres”. A nova diocese que foi instalada ontem, foi desmembrada da Diocese de Curitiba, onde Dom Ladislau era Bispo Auxiliar desde 1979. A nova diocese engloba quatorze municípios: Agudos do Sul, Araucária, Campo do Tenente, Catanduvas do Sul, Contenda, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Piên, Piraquara, Quatro Barras, Rio Negro, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul - atinge uma área de 7.000 km², com uma população aproximada de 650.000 habitantes, dos quais, em torno de 75% católicos; conta com 31 paróquias e 403 comunidades.

Foi uma bonita festa e acredito que Dom Ladislau fará um grande trabalho no comando desta nova diocese. Ontem, aprovamos uma moção de louvor a Dom Ladislau nesse novo desafio que ele enfrentará. Desejamos sucesso ao novo Bispo desta nova diocese, que foi desmembrada de Curitiba.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de pedir a atenção do Deputado Waldyr Pugliesi. Estou pedindo, Waldyr Pugliesi, a V. Exa. que é Líder do Governo, porque tem uma notícia que saiu, hoje na Hora H

News, no Jornal Eletrônico - nunca vi esse jornal impresso, pelo menos, aqui, no gabinete - traz uma matéria e estou pedindo a sua atenção, porque justamente amanhã devo encaminhar um pedido de informações à Secretaria do Trabalho e gostaria, já de antemão, de ter o seu apoio, por uma questão muito simples. O Jornal Hora H News de hoje traz o seguinte: *Mãos Limpas - Durante a reunião Mãos Limpas o Governador Roberto Requião quis saber do Secretário Nelson Garcia, Deputado desta Casa, se existia fantasmas na Secretaria do Trabalho. Fantasmas, não. Muitos vivos - respondeu o Secretário. Garcia relatou ao Governador, que na última sexta-feira, altos funcionários da Secretaria do Trabalho, inclusive, algumas “cabeças coroadas das Esquerdas das Araucárias”, participaram de uma reunião com objetivo bem peculiar. Pressionaram o Secretário para que mantivesse o sistema fantasmagórico de contratação terceirizada, que funcionava na pasta. Os fantasmas terceirizados devolviam parte substancial do salário ganho, para uma caixinha, que depois era repartida fraternalmente entre a nomenclatura e a Secretaria. Garcia dissolveu o sistema, mas vem sofrendo graves pressões, para que o recomponha. Uma das empresas terceirizadas mantinha 270 funcionários. Segundo se diz, alguns ganhavam salários na faixa de R\$ 3.000,00 e eram levados a devolver até R\$ 2.000,00 para o caixa.*

Primeiro, é extremamente grave essa afirmação do Secretário Nelson Garcia, se realmente ela foi feita ao jornal Hora H News, no Mãos Limpas. Segundo, entendo que a Secretaria tinha um titular nessa pasta, que foi candidato ao Governo do Estado do Paraná pelo Partido dos Trabalhadores, que é o ex-Deputado Federal Padre Roque Zimmermann. Se a acusação que está sendo feita ao Padre Roque, acho que o Deputado Nelson Garcia tem que ter em todas as letras a clareza de dizer a quem se refere. Se não é, tem por obrigação ao Estado do Paraná, ao Governo do Paraná e aos contribuintes que pagam os salários de todos os servidores públicos deste Estado, dizer quem está pressionando para que seja mantida a caixinha dentro da Secretaria.

Acho que esta Casa não pode, neste momento, fazer ouvidos de mercador diante de uma denúncia como essas. Não é possível que um Secretário de Estado acuse - como está sendo feita a acusação aqui - o ex-titular de uma pasta importante como a Secretaria do Trabalho de desviar recursos, de fazer caixinha, de manter fantasmas sem dizer o nome de quem é. Só tem dois que foram titulares da pasta: Deputado Roque e o ex-Deputado Nerone.

Então, acho que o Deputado Garcia tem que dizer a quem ele está se referindo: se é ao Roque, se o Padre Roque tiver alguma responsabilidade, ele tem que ser responsabilizado, inclusive com o Ministério Público e penalmente; se é ao atual ou pelo menos aquele que continua na pasta também, ainda que auxiliando o Secretário Nelson Garcia, que é o Emerson Nerone, também tem que dizer. O que não podemos é viver com essas ilações, é viver com essas afirmações feitas de uma forma genérica.

Então, estou solicitando aqui que amanhã encaminhe - não tive a oportunidade de falar com o Líder do meu Partido e por isso não estou falando no Horário das Lideranças - através do Partido dos Trabalhadores ou eu, enquanto Deputado, vou fazer um pedido de informações para que seja respondido em um prazo mais rápido possível pelo Secretário do Trabalho, a quem se refere. Não posso aceitar que afirmações feitas como essas, que “cabeças coroadas das Esquerdas das Araucárias” faziam caixinha dentro da Secretaria do Trabalho, porque até onde sei, o Governador Requião se diz Esquerda também e não acho, em absoluto, que tenha qualquer relação com esse tipo de comportamento, qualquer concordância com esse tipo de fato.

Agora, é óbvio que essa não é uma informação infantil e nem ingênua. Se o Deputado Nelson Garcia fez essa afirmação, é grave. Estou dizendo se, porque quero crer que o jornal não iria inventar uma informação dessas, porque se o jornal, de fato, não tem fonte na reunião havida da operação Mãos Limpas e essa afirmação não foi feita, aí é uma outra situação e quem deve ser responsabilizado é o jornal que fez essa afirmação. Mas, se de fato ela foi feita, essa afirmação, nós queremos que seja aprofundada, que as investigações sejam feitas e que as pessoas sejam penalizadas por atos que porventura tenham feito, fazendo com que tivéssemos prejuízo ao erário.

Então amanhã, Deputado Pugliesi, estaremos encaminhando esse pedido de informações e espero e acredito que será aprovado por esta Casa, porque se não for, aí paciência! Aí, o Ministério Público deverá tomar a iniciativa, mas acho que não tem nenhum problema. Já estou falando de antemão, porque não quero vir amanhã com o pedido de informações e depois ouvir dizer que ele tem o objetivo de criar apenas constrangimento ao Governo. Então, para que não haja constrangimento, antecipadamente, pelo menos já estou dizendo aquilo que pretendo fazer e espero que o Deputado Nelson Garcia, hoje titular da Secretaria do Trabalho, possa confirmar ou não as afirmações que são extremamente graves - falar que 270 pessoas recebiam R\$ 3.000,00 por mês e devolviam R\$ 2.000,00 por mês aos titulares da Secretaria do Trabalho, não é qualquer coisa. Eram essas as considerações que queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Elton Welter, por trinta minutos.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa e demais presentes.

Gostaria que houvesse uma atenção a este meu pronunciamento: nesta Casa de Leis estão tramitando aproximadamente dez ou onze - se não me engano - iniciativas que criam regiões metropolitanas em todo o Estado.

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa e demais presentes.

Tramitam nesta Casa de Leis diversas proposições legislativas para implantação de quase uma dezena de novas regiões metropolitanas no Estado do Paraná. Algumas até com regime de urgência.

Uso a palavra hoje neste espaço, para chamar os colegas a uma melhor reflexão. Embora diversos projetos neste mesmo sentido, tenham sido propostos em legislaturas anteriores e, embora a matéria sempre fosse de interesse da maioria dos Deputados desta Casa, certo é que um novo impulso para a discussão e até apresentação de novos projetos decorreu da iniciativa do Governo do Estado, pois ao enviar a esta Casa ainda no período de convocação extraordinária, um projeto para a criação da Região Metropolitana de Cascavel e também a criação de cargos de Coordenadores Regionais, foi o mesmo, direta ou indiretamente, responsável pela corrida - a meu ver, sem muito cuidado e planejamento - de se aprovar novas leis neste sentido.

Não sou contra a criação de regiões metropolitanas. Ao contrário! Sempre defendi a sua discussão, assim como defendi a iniciativa deste Governo para uma política de planejamento e execução regional das funções públicas de interesse comum”.

Sr. Presidente, por que fiz esse pronunciamento, esse discurso? Tem dez regiões metropolitanas protocoladas nesta Casa. Não é possível fazer leis a partir da intuição meramente local. No início desta legislatura fui tensionado por Deputados, colegas meus que eu admiro, para que eu assinasse também a da Região Metropolitana de Cascavel. Eu não subscrevi, porque já é intuito do Governo do Estado implementar essa região administrativa de Cascavel. Então isso induziu, essa iniciativa do Governo, para os Deputados tomarem a iniciativa de criar a de Irati, a de Pato Branco, a de Francisco Beltrão, a de Guarapuava, a de Ponta Grossa entre outras. As cidades pólo com esse conceito, em tese, caberiam a todas fazer projetos dessa iniciativa.

Por isso, é salutar que este Poder, Sr. Presidente, faça uma convocação de um grande Seminário onde se discuta, se defina um marco de como pretendemos o desenvolvimento regional a partir das cidades pólos, das cidades que congregam microrregiões ou macrorregiões.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PT)

Apenas para cumprimentá-lo pela coragem e pela lucidez do seu pronunciamento.

Acho que o mundo tem caminhado no sentido oposto do que o nosso Paraná, nos últimos anos, caminhou. Nós fragmentamos os Municípios no Paraná e lembro que há vinte anos, tínhamos no Paraná, cerca de 210 municípios e hoje estamos beirando os quatrocentos. O mundo tem caminhado no sentido de integrar os municípios e já há países como o Canadá, por exemplo, que já estão fazendo eleições entre cidades, para voltarem a se conglomerar. Essa questão deve ser debatida, não com a paixão da tribuna, mas sim, com a reflexão de um evento como esse que V. Exa. propõe.

Por isso, está de parabéns. Eu acho que não só esta Casa, mas todo o Paraná tem a ganhar com a sua proposta.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Obrigado pelo aparte.

A questão do planejamento envolve pensamento coletivo, colegiado. Planejar e definir políticas públicas de interesse comum, o bairrismo não pode servir de modelo para isso. Nós temos que quebrar esses paradigmas, temos que ter coragem de tomar iniciativas e às vezes, votar contra iniciativas desta Casa, que não venham de encontro às questões constitucionais.

Por isso, é muito importante que esta Casa - estamos no início da Legislatura - faça a discussão das temáticas que realmente proporcionem desenvolvimento econômico e regional, de acordo com as afinidades dos municípios. Não adianta nós criarmos divisões entre Toledo e Cascavel. Veja só o que está acontecendo, Deputado Dobrandino. Eu não assinei a proposição e estou sendo criticado porque defendo Cascavel. Lá em Toledo, criticam-me porque eu não apresento a de Toledo, e eu que estou pensando como deveria ser o planejamento integrado! Sonho com isso e sei que é possível fazer isso, somarmos esforços. As cidades vizinhas dependem uma da outra, os serviços se integram, as estradas se integram, os serviços de Saúde se integram. Por exemplo: na área de Saúde, têm pacientes da Cidade de Cascavel que são atendidos em Toledo, quando todos os leitos de Cascavel estão ocupados. Faz parte do processo de atender as pessoas da região! Nós queremos nos completar! Essa é a idéia de discutir e como não há metropolização de fato, do ponto de vista conceitual, e o Governo criou a macrorregião de Cascavel, é uma questão incipiente que já está dada, com a nomeação da Inês de Paula, e pretendemos com esse Seminário, fazer com que se discuta aquilo que é importante de fato, do ponto de vista do planejamento, do desenvolvimento urbano e regional.

Concedo aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Deputado Elton, quero fazer um registro. Esse projeto leva a minha assinatura, a dos Deputados Nereu Moura, Elio Rusch, Chico Noroeste, de Foz do Iguaçu; Reni Pereira e Dobrandino da Silva. O senhor faz um

arrazoado de argumentação, a qual nós respeitamos, mas quero lamentar que V. Exa. não fez a mesma argumentação quando o Governador remeteu a esta Casa um projeto da mesma natureza e com o mesmo título. O que incomoda - e é bom que se deixe muito claro aqui - é a questão da divisão Toledo-Cascavel. Coisa que a comunidade já superou, mas V. Exa. está fazendo papel de Vereador.

Então, precisa ouvir isso e esse lamento, porque V. Exa., depois de todos os acordos, todas as outras regiões metropolitanas que tinham intenção de se aprovar nesta Casa, nós acordamos com cada um que ninguém fizesse emenda no projeto de ninguém e que desse liberdade para que cada região fizesse isso. Ora, é desejo e promessa do Governador. Se o Governador prometeu, ele deseja criar a região metropolitana. É necessário que V. Exa. deixe clara esta questão. Sou contra, pela questão do bairrismo e não por nenhum outro documento, porque nenhum outro documento V. Exa. consegue convencer absolutamente ninguém.

O SR. ELTON WELTER (PT)

É seu pensamento, tem que quebrar paradigmas. Em 1998 fui pela primeira vez candidato a Deputado Estadual. Sabe com quem foi a minha dobrada? Esta questão é para ver se eu sou bairrista ou não - com o ex-Deputado Estadual Ernani Pudell, morador de Cascavel, foi Deputado Estadual por aquela cidade. O povo de Toledo me xingava, falavam: "onde já se viu trazer alguém de Cascavel aqui." Levei o Ernani, foi muito bem votado. Então, eu superei isso há muito tempo. A linha metropolitana que existe lá entre as duas cidades que se integram é uma coisa extraordinária, os passageiros de Toledo vão a Cascavel, de Cascavel vão a Toledo. Até a concorrência é muito boa, do ponto de vista do comércio, isso ajuda o empresariado, ajuda o desenvolvimento das duas cidades.

Então de minha parte não existe isso, estou muito tranquilo com relação a isso. Aliás o que faço aqui, espero que haja um planejamento de desenvolvimento regional de fato e uma lei que se ajuste ao interesse do Estado e não de Municípios pólos meramente.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. enfrenta esse tema que envolve planejamento e gestão metropolitana com uma seriedade que esse tema tem que ser tratado. Este tema envolve, efetivamente, a criação de um órgão e por envolver a criação de um órgão nós sabemos que é da alçada, da competência do Governador do Estado a iniciativa deste projeto de lei.

Então, desde logo vamos estabelecer, para que não possamos aqui, fazer de conta do que estamos falando ou pensando. O projeto é flagrantemente inconstitucional. E quem diz isso é o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Tenho, aqui, uma obra do Presidente do PMDB, o Deputado Michel Temer, que é um constitucionalista e que coloca que isto tem que ser da iniciativa do Executivo e

não da iniciativa de um Parlamentar, que por mais bem intencionado que possa estar, tem a competência legislativa para iniciar um tema desta abrangência.

Agora, quero também, Deputado Elton Welter, entrar aqui e dizer o seguinte: há uma grande confusão quando se trata de discutir planejamento regional. Por isso que o Governador Requião recuou, pensando no desenvolvimento integrado, no planejamento e na gestão de desenvolvimento do Oeste paranaense, porque existem três pólos que geram a centralidade do Oeste paranaense: o Município de Toledo, o Município de Cascavel e o Município de Foz do Iguaçu. Então, quando pensamos no Oeste paranaense, temos que estar pensando em estratégias de macro-desenvolvimento. Por isso que o Governo criou uma macrorregião, para poder de fato promover a implantação das políticas públicas a partir das delimitações de cada uma das microrregiões que compõem essa macrorregião.

O fato é que temos que considerar que os aspectos que são fundamentais na gestão do desenvolvimento regional têm que contemplar, efetivamente, essas variáveis de promover o desenvolvimento econômico e social e promover a inclusão social. E ao mesmo tempo, talvez, V. Exas., se forem procurar nos manuais ou na nossa própria Constituição, vão verificar que o Município de Cascavel e os Municípios limítrofes muito mais se assemelham àquilo que tecnicamente está definido na Constituição como um aglomerado urbano e não como região metropolitana. Efetivamente, se formos tratar à luz da definição de região metropolitana, Região Metropolitana de Cascavel não é. Por quê? Porque uma região metropolitana consiste numa realidade urbana ou regional que se estende por um espaço geográfico, dentro do qual se distinguem várias jurisdições político-territoriais contíguas ou superpostas entre si, segundo o nível de competência, seja local ou regional, formando uma mesma unidade sócio-econômica. Sabemos que não é esta a definição que temos especificamente do Município de Cascavel. Muito mais se assemelha a região, a uma aglomeração urbana.

O que é aglomeração urbana? Aglomeração urbana pressupõe uma realidade social e econômica cuja característica é uma área urbanizada, mais ou menos contínua, envolvendo municípios limítrofes e múltiplas funções de interesse comum.

Srs. Deputados Welter e Edgar Bueno, temos que pensar no bem-estar das comunidades que nós representamos, que efetivamente creio eu, o tema abordado por V. Exa. está absolutamente correto. Por isso, por melhor que seja a intenção, o projeto, além de ser flagrantemente inconstitucional, não está definindo aquela região como um região metropolitana.

O SR. ELTON WELTER (PT)

O próprio Governo já foi convencido que o termo metropolitano não cabe. Vejo macrorregião. Por isso que nós precisamos discutir. Eu tencionei o tempo todo,

inclusive o próprio Governo no início da proposta, porque eu entendia que esse conceito estava equivocado, porque não há conurbação urbana. As cidades, por outros fatores, mas não por conurbação, que é o que diz o termo metropolitano. Aqui existe metropolização em torno de Curitiba, com Colombo, com São José dos Pinhais, com Piraquara, com outras cidades. Aí sim, cabe de fato. Agora, em Cascavel não cabe.

Por isso que legislar significa ir além, e não se faz lei de uma hora para outra. Às vezes há muita pressa em se fazer lei. Inclusive, a sociedade critica muito o Parlamento, porque é lento e tudo o mais. Mas, não se tira da cartola, de uma hora para outra, o modelo, *modus operandi* para um modelo de gestão que se quer implementar.

A iniciativa é extraordinária! Agora, precisamos realmente saber o que se quer, do ponto de vista do desenvolvimento regional.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Ouçó o seu pronunciamento, mas no mínimo, há uma incoerência. Por quê? Vou dizer as razões. Eu gostaria que V. Exa. viesse a esta tribuna, com toda a competência que lhe é peculiar. Veja o que aconteceu nesta Casa, Deputado Edgar Bueno. O Governo mandou a esta Casa, V. Exa. sabia que já foi criado o cargo para a Região Metropolitana de Cascavel, com o seu voto?

O SR. ELTON WELTER (PT)

Com certeza.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. sabe que já foi nomeada a pessoa responsável pela Região Metropolitana de Cascavel?

O SR. ELTON WELTER

Inês de Paula, o nome dela.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Inês de Paula. Aí, Deputado Edgar Bueno, com sabedoria vem aqui, vê o projeto do Governo - que foi mandado para esta Casa e foi retirado - encaminha o mesmo projeto a esta Casa. Aí eu vejo uma preocupação monstruosa sobre a questão das regiões metropolitanas.

Eu quero concordar com V. Exa. numa tese, quando V. Exa. coloca que tem que ser bem discutida a criação das regiões metropolitanas. Mas ora, nós estamos colocando - como diz lá no interior, aonde nós iniciamos a nossa carreira política - a carroça na frente dos bois. Primeiro cria o cargo, depois nomeamos e, depois não queremos que criem a região metropolitana, para que esse servidor pelo menos tenha uma atividade. E não ganha muito esse servidor que foi nomeado ou essa servidora que foi nomeada, ganha R\$ 11.000,00. V. Exa. sabe o salário de um Deputado.

Então, essa preocupação sua de se discutir as regiões metropolitanas, eu não tiro o mérito, tem que ser

discutido. Agora, eu não vi essa preocupação de V. Exa. e da sua Bancada quando foi criado o cargo.

Então, estamos primeiro criando o cargo, eu combati isso aqui. Nos não podemos criar cargo para algo que não existe. Aí, V. Exa. vem com essa argumentação.

Então eu quero dizer que V. Exa. tem todo o direito de colocar a sua posição e é até justificado. Agora, há no mínimo uma contradição. Primeiro se cria o cargo, depois vai se criar a região metropolitana quando!

Obrigado pelo aparte.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Obrigado, Deputado, pelo aparte. V. Exa. é um Deputado experiente, conhece as leis desta Casa. V. Exa. é conhecedor que o Governo quer implementar esse modelo de gestão integrada em torno das cidades pólos. Isso é importante, a iniciativa foi dada pelo próprio Governo. Deu uma corrida nesta Casa de várias iniciativas. O Líder do Governo já falou que o projeto é inconstitucional. Quando se cria estrutura, é de competência exclusiva do Poder Executivo.

Parece-me que como o Governo já tinha tomado a iniciativa, começou o processo legislativo. Parece que os Deputados correram na frente. Vou ser padrinho dessa proposta também. O Governo tinha assumido o compromisso de mandar a mensagem para cá, o Governo fez por decreto a designação da Inês de Paula, o Governo quer implementar de forma rápida.

O que cabe ao Poder Legislativo? Discutir sem paixão política, sem fazer críticas a quem quer que seja. O modelo de desenvolvimento regional que se espera das macrorregiões, seja de União da Vitória, seja de Irati, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Foz, cidades-pólos que convergem, que prestam serviços para municípios menores.

Por que não assinei a tese? Porque sabíamos que era uma política de iniciativa exclusiva do Governador. Não queria fazer cortesia com o chapéu alheio e quero ajustar o melhor método, do ponto de vista legal, formando, quem sabe, através de Seminário, uma legislação que possa contemplar o interesse de todas as regiões.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Agradeço o aparte e quero dizer a V. Exa. o seguinte: se V. Exa. garantir que o Governo indique a Região Metropolitana de Ponta Grossa - já que V. Exa. defende nesse momento a legalidade do projeto - nós podemos mudar o nosso projeto para indicação. Não vejo problema nenhum de fazer indicação. A Região Metropolitana de Ponta Grossa não é diferente de Maringá, nem de Carambeí, Castro, Imbituva, Teixeira Soares, todas próximas de Ponta Grossa. Ponta Grossa é a terceira cidade em arrecadação de impostos do Paraná. Isso é uma das coisas mais importantes.

A cidade tem uma Associação de Municípios que congrega e com isso formam a região metropolitana. Além disso, todas as regiões dos Campos Gerais têm ônibus cha-

mado Metropolitano. Ele vem de Imbituva, Ivaí, Tibagi, Palmeiras. O Governo do Estado autorizou o Metropolitano. A passagem custava R\$11,00, hoje custa R\$3,50. Isso chama-se integração. O cidadão sai lá de Imbituva e vem a Ponta Grossa fazer um exame que ele não conseguia. Graças a interligação e a questão da metrópole, que é Ponta Grossa, cria-se a região metropolitana.

Não concordo com V. Exa. Acho que se não for da forma legal, podemos propor, através de uma indicação. Acho que se Ponta Grossa não merece uma região metropolitana, não merece Maringá, não merece Londrina e não merece Cascavel, com todo respeito aos demais Deputados. Se Ponta Grossa não merece, as demais regiões não merecem. Temos municípios próximos, dez, doze, quinze, dezessete, vinte quilômetros, na mesma proporção de alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Basta querer.

Por isso, quero dizer a V. Exa. que não concordo com o seu pronunciamento. Os municípios, através da região metropolitana, podem buscar uma integração e buscar até recursos a nível internacional, através da formação da região metropolitana, não dependendo mais de pedir aqui através do Governo do Estado. A região metropolitana dá esse direito aos municípios que passam a ser parte dessa metrópole.

Por isso, sou a favor da região metropolitana, acho que Ponta Grossa merece. Vou lutar por isso e vou pedir até aos demais Deputados de Ponta Grossa: vamos pela forma legal, como V. Exa. sugere, vamos retirar o projeto se os outros Deputados concordarem. Vamos retirar o projeto de lei e vamos fazer uma indicação para que haja boa vontade e não haja nenhum tipo de ilegalidade por parte de nós, Deputados de Ponta Grossa. Agora, Deputado Elton Welter, se Cascavel - com todo respeito ao meu amigo Edgar Bueno - merece uma região metropolitana, Ponta Grossa também merece. Maringá merece? Ponta Grossa merece!

Então, é isto o que eu queria dizer a V. Exa. e cumprimentá-lo pela sua idéia. Agora, nós temos outra sugestão, e vou seguir a sua sugestão, juntamente com os demais Deputados: vamos retirar nosso projeto e vamos fazer uma indicação. Se o problema for indicação, vamos pela indicação.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Para encerrar, Sr. Presidente.

O que eu propus na minha fala inicial é exatamente tirar dúvidas como esta que o Deputado Jocelito levanta. Vamos discutir, num grande Seminário, esta questão da metropolização, aonde cabe e aonde não cabe, como fazer o desenvolvimento regional, a partir das cidades-pólo do nosso querido Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Para registrar a presença muito honrosa na Casa de Severino Nunes Araújo, Presidente do PSB, ex-Vereador

em Uraí e que tem dedicado sua vida à democracia brasileira. Fico orgulhoso de ver presente aos trabalhos um grande brasileiro, grande trabalhador pela democracia, Presidente do PSB, Severino.

Seja bem-vindo.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

No horário destinado à Liderança do PT, concedemos a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero registrar aqui a presença do Vereador Zézinho, do Município de Pinhais - por favor, Zézinho, levante-se - Vereador atuante do PMDB de três mandatos, foi Presidente da Câmara do Município. Também o Leandro Dias, que é Vice-Presidente do PMDB do Município de Pinhais. Obrigado pela presença e provavelmente no próximo ano seremos parceiros na eleição municipal lá do Município de Pinhais.

É sobre Pinhais que quero fazer meu pronunciamento, Sr. Presidente. Pinhais está completando hoje quinze anos de emancipação. É o município da Região Metropolitana de Curitiba mais próximo do centro da nossa Capital.

A ocupação de Pinhais começou em 1885, quando da inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. E a partir da década de 20 ganhou importância, aumentou a população, quando a cerâmica Guilherme Weiss se instalou no município e chegou a ter mais de quinhentos funcionários. Esses funcionários foram mudando sua residência para Pinhais e a população do município foi aumentando.

Pinhais já pertenceu a São José e a Piraquara. E com o aumento da população na década de 60, foi transformado em Distrito de Piraquara em 1964. E em 1991 foi realizado um plebiscito para verificar o interesse da população de Pinhais pela criação do município. O resultado foi que 87% da população votou a favor da criação do Município de Pinhais.

E no dia 18 de março de 1992, através de uma lei de iniciativa o então Deputado Aníbal Khury, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná criou o Município de Pinhais, de acordo com a Lei nº 9906. Pinhais, então, foi oficialmente instalado, no dia 20 de março de 1992. Portanto, hoje comemoramos o 15º aniversário do Município de Pinhais. E o autor da lei, o saudoso Aníbal Khury, é considerado o pai do Município de Pinhais.

Alguns dados sobre o Município de Pinhais: em área territorial, é o menor município do Estado do Paraná, com apenas 61 km². Só para efeito de compara-

ção, Piraquara tem 225, Colombo 197 km², São José dos Pinhais 944 km². Portanto, Pinhais, com 61 km² é o menor município do Estado do Paraná. Tem, atualmente, em torno de 125.000 habitantes e 77.000 eleitores. É o segundo município em IDH, perdendo apenas para Curitiba.

Em dez anos, o orçamento de Pinhais passou de trinta milhões para 120 milhões. É o 12º município no Paraná em arrecadação de ICMS e o 4º na Região Metropolitana de Curitiba.

Agora, tenho a felicidade de ser o primeiro Deputado do Município de Pinhais e pretendo trabalhar para conseguir melhorias para o nosso município e, claro, quero contar com o apoio dos demais Deputados desta Casa, principalmente aqueles Deputados que tiveram apoio e votação no Município de Pinhais.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto à Liderança do PP se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos consciência de que aqui não é a sede da ONU, não é o Itamarati, não é o Congresso Nacional, mas como vivemos em um país, pela graça de Deus, onde impera a democracia, em que cada cidadão pode expressar sua idéia e seu pensamento, peço permissão aos nobres colegas para falar a respeito de um aniversário que se comemora, hoje, que não é um aniversário nada alegre e não é nenhum motivo de festa.

Sr. Presidente, quando ocupei o mandato de Deputado Federal, fazia parte do Movimento de Liderança Cristã, assim, por duas vezes, tivemos o privilégio de sermos convidados para tomar café, em Washington, com o Presidente dos Estados Unidos. Na primeira vez, tivemos o privilégio de tomar café no Hilton Hotel, em Washington, com o então Presidente Gerald Ford que faleceu recentemente. Num segundo convite, coincidentemente no mesmo Hotel, em Washington, o café foi com o Presidente Jimmy Carter.

Pudemos, nessas andanças pelos Estados Unidos, ser hospedados por algumas famílias americanas e vimos com que carinho o povo americano acolhe a nós brasileiros. Entretanto, Sr. Presidente, se há um bom relacionamento entre brasileiros e americanos, eu diria que, hoje, se algum político brasileiro tomar café com o Presidente George Bush, certamente, vai até omitir o fato.

Nos parece que, no momento, a figura de George Bush é a figura do homem mais odiado em todo planeta Terra. Foi até infeliz, certo dia, o Sr. George Bush, quando ele próprio confessou ser um adepto, ser um fanático por guerra. Talvez até um frustrado, porque o pai

dele, quando Presidente, andou provocando algumas guerras, acabou perdendo algumas, e o filho eleito Presidente, quis alcançar através da força e da violência, algumas vitórias que o pai não alcançou. O Governo dos Estados Unidos, que hoje pela figura do seu Presidente - e se ocupo a tribuna é para lembrar, Sr. Presidente, que uma crise no Golfo, quer queira, quer não, abala a todos nós aqui. Aliás, já tivemos um grande brasileiro que foi chefiar missão da ONU no Iraque e morreu dinamitado no prédio onde estava trabalhando.

Então, quando há uma violência, um conflito, não é só o preço do petróleo que sobe, são os nossos próprios jovens que correm até o risco de serem colocados para lutarem numa guerra programada pelas autoridades.

Gostaria, Sr. Presidente, de lembrar que no tempo antigo, o rei quando provocava uma guerra, ia com o primeiro cavalo na frente da tropa. Era ele que comandava a sua cavalaria. Agora, não. O Bush daqui, o outro de lá, telefonam. Às vezes um telefonema para o outro para organizar uma guerra.

Sr. Presidente, hoje se comemora quatro anos da invasão do Iraque. Nunca me preocupei em parar para analisar se eu era ou não admirador de Saddam Hussein. Pouco conheço, a não ser aquilo que a imprensa tem estampado ultimamente. Mas, se Saddam Hussein cometeu atrocidades, muito pior do que ele é o cidadão chamado George Bush.

Hoje, para celebrar o aniversário de quatro anos da invasão do Iraque, mandaram enforcar mais um. Enforcaram o Vice-Presidente do Saddam Hussein.

A impressão que dá, Sr. Presidente, é que esse George Bush está tentando ultrapassar o próprio Adolf Hitler para ver quem mata mais gente neste planeta Terra. Em segundo lugar em matança, como genocida, inegavelmente o Bush já entrou para a história como um dos maiores. Estava vendo pela madrugada a televisão, apontando primeiro uma pesquisa feita no Iraque como um todo. Apenas 18% da população afirmou que as tropas estão garantindo melhoria de vida para o Iraque; 82% acham que a vida no Iraque piorou; em Bagdá, que é a Capital do Iraque, exatamente 100% da população respondeu que a vida piorou. E há números alarmantes de quantos já morreram por culpa da truculência de um homem chamado George Bush. O último relatório, 65.000 pessoas no Iraque, nos últimos tempos. Aí vem Afeganistão, outros países.

Então, queremos como cristãos, - se tem gente que não merece ser apreciada e aplaudida, são os americanos, - expressar também o nosso carinho e apreço àqueles americanos que acolhem de braços abertos os brasileiros. E lamentar que uma nação que já foi conduzida por Abrahan Lincoln, por George Washington, por John Kennedy, de repente vemos no comando da Casa Branca um homem que manda matar por prazer.

Graças a Deus está terminando o mandato de George Bush, porque caso contrário, talvez até para favorecer as grandes fábricas de armamentos, é provável até

que o Sr. George Bush mandasse invadir outras nações, criasse novas confusões, novos conflitos, novas guerras. Por isso que em todas as partes do planeta por onde passa George Bush, só se vê a revolta do povo. Acabou aquele tempo em que um Presidente vinha ao Brasil, como Charles de Gaulle, e outras personalidades mundiais, em que São Paulo parava.

Portanto, Sr. Presidente, ao terminar esse pronunciamento, volto a repetir: aqui não é a ONU, não é o Itamarati, não é o Congresso - estou expressando a minha opinião, como cidadão - esse Presidente chamado George Bush, um dos maiores genocidas da história do planeta Terra, deveria ser mandado para ser julgado em um tribunal internacional, no Tribunal de Haia, com sede na Holanda, e responder pelas milhares de mortes que ele tem provocado sem nenhum apreço à vida. O curioso, Sr. Presidente, que o Sr. George Bush vai à igreja, anda com a bíblia debaixo do braço e sai da igreja mandando matar, explodir, soltar míssil, não tendo o menor respeito pela vida humana.

Sr. Presidente, encerro lamentando esse triste aniversário que o mundo celebra hoje: o quarto aniversário de uma violência, de um Presidente que contraria até o que Deus fez. Porque Deus deu o direito de defesa à humanidade. Deus, quando foi interpelar a Adão sobre o seu pecado praticado no paraíso, Ele sabia qual era o pecado de Adão. Mas Deus deu a ele o direito de defesa. Quando vemos o George Bush criando uma prisão de Guantânamo, sem nenhuma defesa, mandando fazer o que tem feito no Iraque, no Afeganistão e em outras partes do mundo, o nosso repúdio e a nossa esperança que esse homem ainda pague pelos crimes que tem cometido contra a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PSB/PL/PRB/PV. Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Ocupo a tribuna desta Casa, para fazer um apelo, por toda a Região Central do Paraná.

O jornal Gazeta do Povo, na semana que passou, anunciou a instalação de novas escolas técnicas federais no Estado do Paraná. Seis novas escolas técnicas serão instaladas em nosso Estado. Vejo uma gama de cidades muito grande, que receberá e será contemplada com essas escolas, mas a Região Central continua em branco. Faz dez anos que precisamos e reivindicamos escolas técnicas na Região Central do Paraná. A região de Guarapuava representa quase 500.000 pessoas, que continuam sem uma escola técnica.

Nós, que defendemos a Educação, que achamos que a geração de renda, através de qualificação profissio-

nal, é a melhor maneira para se chegar a algum lugar, à prosperidade, para ser alguém e para vislumbrar um futuro decente para os filhos, netos e companheiros, não podemos ficar calados.

Ocupo esta tribuna com um apelo. O motivo também é simples. A justificativa é que em Guarapuava existe uma estrutura física construída, que está cedida em regime de comodato, para a Universidade do Centro-Oeste, a UNICENTRO. Toda a estrutura está pronta, com mais de 30.000 m², que pode ser usada perfeitamente pelo Governo Federal, sem que os investimentos tenham que ser feitos, integralmente, apenas com a compra de equipamentos e a contratação de alguns funcionários e de profissionais, para que possa implementar essa escola técnica.

O Prefeito de Guarapuava, Fernando Ribas Carli, entrou em contato com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e nós, através desta Casa de Leis, estamos encaminhando um requerimento ao Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad, para que possa ser revisto esse processo de implementação das escolas, que o método que está sendo feita essa qualificação desses municípios para a instalação das escolas possa ser revisto, através dos técnicos do Ministério. Nós, que representamos uma região muito importante para o Estado do Paraná, não podemos ficar sem a escola técnica. Nós temos cinco municípios já definidos no Estado e mais um que ainda está sendo analisado pelos técnicos do Governo Federal e nós queremos que esse sexto município seja a Cidade de Guarapuava, por direito, pela facilidade de implementação desse curso, pelo futuro dos cidadãos do Centro Oeste e pelo futuro dos cidadãos de Guarapuava.

Nossa luta está apenas começando e tenho certeza que juntos vamos conseguir.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou entrar direto no assunto, porque temos muito trabalho pela frente, temos muitos projetos a serem votados ainda nesta tarde. Ontem fui brindado com o singelo, o querido apelido de “Noviço Rebelde”. Para mim é uma honra receber esse apelido do Líder do Governo e não vou polemizar, porque acho que já é um assunto até superado. Então, vamos ao trabalho e vamos fazer jus ao apelido de Noviço Rebelde.

Quero cumprimentar primeiramente a Indústria Kaiser, que está comemorando hoje dez anos da sua inauguração na Cidade de Ponta Grossa, com marcas expressivas na geração de tributos e emprego. Ponta Grossa tem

a segunda maior contribuição de ICMS do Estado do Paraná e a Kaiser contribuiu com 650 milhões de reais nesses dez anos. E infelizmente, Sr. Presidente, lá em Ponta Grossa estamos passando por tantas dificuldades e uma das dificuldades diz respeito à pavimentação do nosso parque industrial e é claro que eu deveria registrar neste momento. Então, falo sobre o aniversário da Kaiser.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só para desfazer um mal-entendido. Em nenhum momento disse que V. Exa. é o noviço rebelde. Desculpe-me, mas atribuiu a mim uma coisa que eu não disse.

Só para deixar claro que tenho o maior respeito pelo nobre Parlamentar e ao mesmo tempo não disse isso de V. Exa. Só para deixar claro, Sr. Presidente, para que não haja um mal-entendido.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

E não é desrespeito, Deputado, mas pelo contrário, isso foi um elogio, porque estou aqui para fazer o que deve ser feito. Na verdade, foi o Líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi. Aliás, sou fã do senhor e gosto muito dos seus pronunciamentos. Quando o senhor levanta a voz, quando se descabela eu aprendo com seus pronunciamentos, Deputado, e gostei muito quando o senhor se referiu a mim como uma proposta de mudança. Enfim, estou muito feliz de estar aqui na tribuna e poder realmente falar o que precisa ser falado.

Gostaria de falar que pelo jeito, Sr. Presidente, parece-me que no Governo do Estado do Paraná está faltando calculadoras ou as calculadoras estão com problemas, porque não está acontecendo a divisão com parcimônia. O Governo do Estado está nos devendo viaturas de polícia desse projeto POVO, porque em Maringá, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, o número de viaturas foi muito maior do que em Ponta Grossa, e eu gostaria de saber por quê? Por quê ficamos para trás mais uma vez?

Também gostaria de falar a respeito do déficit que Ponta Grossa tem, quase cem homens, com policiais militares, nós estamos com este déficit na região. Inclusive, na semana passada o Prefeito de Imbituva foi assaltado por uma quadrilha armada - oito elementos assaltaram o Prefeito de Imbituva em plena luz do dia e na Cidade de Imbituva eles estão com uma problema gravíssimo de Segurança, onde dois ou quatro policiais se revezam para atender a cidade inteira.

Com relação à área de Saúde, estava conversando agora mesmo com o Deputado Romanelli, eu falei: Deputado, nós precisamos cobrar do Secretário. O que está acontecendo que o Secretário foi a Ponta Grossa, já falei aqui na tribuna, ele fez um pronunciamento, inclusive para o Deputado Jocelito Canto e falou que iria implantar dezessete leitos de UTI e até agora só promessa, só ficou na foto do jornal lá na primeira página.

Então, gostaria de cobrar mais uma vez da Secretaria de Saúde - eu acho que precisamos imediatamente sanar este problema, porque eu estou cansado de receber ligações de famílias desesperadas, já falei aqui da tribuna, e levo muitas vezes, eu mesmo levo crianças que não são atendidas em Ponta Grossa para Campo Largo, por falta de leitos em UTIs. E eu quero saber: até o Hospital Regional de Ponta Grossa ficar pronto, eu quero saber quantas pessoas vão padecer, quantas famílias vão perder seus entes queridos? Então, o problema tem que ser resolvido já, agora, neste momento.

Olha, Deputado Waldyr, o senhor falou sobre a questão do novinho rebelde - dizem que se você ficar brabo pega o apelido, mas eu fiquei feliz, mas eu vou pregar que a verdade liberta, então, eu gostaria de dizer também aqui a todos os Parlamentares, aos senhores presentes, à imprensa, que eu acho algo estranho, faz parte da política antiga uma manifestação pública de um Parlamentar chegar numa cidade ou numa festividade e colocar uma faixa lá - Deputado fulano de tal, muito obrigado pela doação dessa ambulância - espera aí, os senhores me desculpem, estou aprendendo, segundo mês, nunca tive nenhum cargo público, então estou aprendendo, mas eu não sei, a não ser que o Deputado pague do seu salário. Mas eu acho que a conquista de uma ambulância, de uma viatura, é uma conquista de todos os segmentos, de todos os Deputados daquela determinada região, seja da Situação ou da Oposição, porque a Oposição também faz a sua parte.

Então, eu acho que nós temos que deixar esta prática política antiga de lado, deixar no passado.

Meus amigos, nós estamos aqui trabalhando, estando aqui nesta tribuna ou estando lá no lado direito. Estou aqui do lado esquerdo, sou do PPS, do lado esquerdo e por falar em Esquerda, eu falei a respeito do disparate, dos erros nos cálculos. Por que sempre vai mais para outras cidades, grandes cidades e Ponta Grossa sempre fica esquecida - e um Governo de Esquerda prega democratização das oportunidades - então, que Governo de Esquerda é este?

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Queria somente discordar de V. Exa. que Ponta Grossa sempre perde, e V. Exa. vem para o lado da Saúde. Claro que a Saúde sempre precisa de novos investimentos e V. Exa. sabe, está presente em Ponta Grossa, que desde o Governo Jaime Lerner nós tínhamos apenas dezessete leitos de UTI e hoje temos quarenta e ainda é pouco. Mas eu queria dizer que não concordo com V. Exa. em relação a que Ponta Grossa sempre perde. Ponta Grossa está ganhando nos últimos tempos, Ponta Grossa ganhou, através de um financiamento, uma estação rodoviária que está sendo construída, é recurso do Paraná Urbano, teve alguns problemas de licitação e está sendo construída. Era um sonho antigo de Ponta Grossa.

Ponta Grossa ganhou, Deputado Marcelo Rangel, o maior patrimônio dos seus filhos e dos meus. Está sendo construído e se V. Exa. for lá no *campus* da universidade, vai ver que em toda história de Ponta Grossa nunca a cidade teve um hospital regional e ter um hospital regional significa ter algo que vai atender não só a Cidade de Ponta Grossa mas a região dos Campos Gerais. Então, neste momento, Ponta Grossa ganha, Ponta Grossa recebe um hospital regional! Claro que tem dificuldades na Saúde, como toda cidade tem, mas dizer que Ponta Grossa perdeu, não perdeu! Ponta Grossa recebeu um hospital regional que é um dos maiores patrimônios dos nossos filhos e dos nossos netos!

Quero dizer a V. Exa. que concordo com algumas questões que V. Exa. levanta, mas não posso me calar quando V. Exa. diz que Ponta Grossa perdeu, porque ganhou! Londrina tem, Maringá tem, Cascavel tem. Para V. Exa. saber, o nosso hospital, que está sendo construído em Ponta Grossa, é maior que o de Maringá, maior que o de Cascavel e mais moderno do que o de Londrina. Isso foi uma conquista do nosso trabalho juntamente com a comunidade, com o Prefeito e os demais companheiros de Ponta Grossa.

Nós temos dificuldades, mas algumas coisas boas estão acontecendo! Não podemos dizer que é tudo ruim, esses investimentos têm acontecido!

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Eu agradeço, Deputado Jocelito, concordo com V. Exa., realmente o hospital será uma grande conquista e eu virei aqui à tribuna para elogiar quando ele estiver funcionando, quando tiver médico, quando tiver enfermeira atendendo, quando as pessoas não estiverem passando dificuldade como está acontecendo nos dias de hoje em Ponta Grossa. Se demorar um, dois, três, quatro anos, quanto sangue será derramado?

Para terminar eu queria dizer que os senhores vão me conhecer aos poucos. Já falei aqui na tribuna que eu tenho liberdade de convicção, eu não vou receber ligações, mensagens ou voz do além para me dizer como eu devo votar, porque eu vou analisar projeto por projeto! E digo mais, o meu telefone é 9113-9933, telefone público. O Governador ou qualquer Parlamentar pode me ligar a qualquer momento para dizer: "olha esse projeto é bom para o povo do Paraná, esse projeto é interessante." Aí eu vou analisar e vou falar sim ou não, porque sou homem de palavra! Sou de família simples, humilde, cheguei aqui com um microfone e uma Kombi. Tenho sim um pouco de rebeldia, porque me parece que o povo paranaense está precisando realmente confiar que existe mudança, que vai existir mudança em todos os âmbitos da política.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que apenas começamos os trabalhos. Não tenho papas na língua, o que tiver que falar eu falo mesmo e estou aqui para fazer o que tem que ser feito!

Deputado Alexandre Curi, eu fiquei muito feliz em saber que o senhor vai trocar o microfone, porque realmente este está difícil.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição, com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, desculpe o atrapalho. No dia de ontem, Deputado Romanelli, eu não me pronunciei, mas ouvi V. Exa., aqui, falando sobre a questão dos requerimentos. Até compreendo a preocupação dos Parlamentares na questão dos requerimentos. Mas, Deputado Romanelli, gostaria de convidá-lo para ficar meio dia no meu gabinete parlamentar, porque estamos em fase de mudança para o gabinete da Oposição. Deputado Romanelli, são tantas as informações que recebo, que infelizmente não tenho como atender a não apresentação de requerimentos.

V. Exa. teve uma posição ontem que não me ficou clara, Deputado Romanelli, V. Exa. disse que é favorável aos requerimentos, mas ao mesmo tempo diz que o requerimento não pode ser genérico. Depende de como V. Exa. entende por genérico, porque a informação que este Parlamentar precisa para fazer juízo de uma situação, ela pode ser genérica ou não. Eu estou aqui, nós estamos aqui e ouvi há pouco o Deputado Rangel - que é uma revelação desta Casa e fico feliz em vê-lo com este posicionamento - não há como não apresentarmos requerimentos. Não há como não discutirmos os requerimentos.

Sei, Srs. Parlamentares, que às vezes se torna cansativo ouvirmos o Líder do Governo, o Líder da Oposição, o Líder dos Partidos, os Vice-Líderes. Mas veja, Deputado Romanelli, neste final de semana para quem assistiu a "Escolinha" na última terça-feira, nós vimos lá o Secretário da Educação tentando explicar a questão dos televisores, que na verdade todas as explicações podem convencer alguém. Mas quando você parte do princípio que você comprou televisores numa fábrica de móveis, que nunca vendeu televisores, está no contrato, eu faço um contrato social da minha empresa e eu coloco lá e vendo até pirulito. Agora, se eu nunca vendi pirulito, eu não posso vender pirulito para o Governo. É o caso dos televisores. Aí apresentaram lá o contrato social da empresa J. Malucelli - e eu não estou aqui fazendo a defesa da J. Malucelli, mas há algo grave no ar - a J. Malucelli trabalhava em decorações e a J. Malucelli está entrando na Justiça porque houve falsificação na Junta Comercial. Ora, se nós não formos buscar a verdade sobre esta questão na Junta Comercial, se isto é verdadeiro ou não, o que houve com a investigação do Ministé-

rio da Indústria e Comércio? Segundo disseram, estava investigando.

Por esta razão, Deputado Romanelli, estamos fazendo um requerimento, enviando pedido de informação ao Secretário de Comércio e Assuntos do MERCOSUL, ao Sr. Virgílio e ao Presidente da Junta, para que nos dê uma explicação. A explicação que eu ouvi não me convenceu. Não sei se eu estou com dificuldade de entender as coisas. De repente, a minha idade faz com que eu tenha dificuldade. Foi erro de nomenclatura. Espere aí, nessas questões tão sérias, não se erra na nomenclatura. Então, estou fazendo aqui, um pedido de informação.

Outra questão. Todos somos conhecedores do que aconteceu na CEASA. Nós vamos ficar aqui dizendo amém? Não. Vamos buscar o que aconteceu. Houve a demissão de toda a Diretoria da CEASA. Segundo as informações que temos, pessoas de confiança do Vice-Governador. O que estamos pedindo? Nada de extraordinário, nada de genérico. Estamos pedindo o quê motivou a demissão de toda Diretoria da CEASA e segundo informações, houve uma auditoria. Vamos ter conhecimento dessa auditoria que vai nos auxiliar no trabalho. Então, meu ilustre Líder Deputado Romanelli, estamos encaminhando um requerimento nada genérico. Na minha maneira de compreender, pedindo a V. Exa. o que motivou a demissão, e a cópia da auditoria, se houve ou não, irregularidades.

Outra questão que estamos encaminhando a esta Casa - e procurei através de requerimento, esclarecer isso, não consegui - outro requerimento que estamos fazendo educadamente, Deputado Luiz Carlos Martins, fazendo um convite, eu espero, ao futuro Deputado Federal, Marcelo Almeida, fazendo um convite ao Secretário de Obras. Não estamos convocando, porque a palavra "convocando" parece que a pessoa não quer vir até aqui. Estamos encaminhando um requerimento, fazendo um convite ao Secretário Marcelo, para que ele venha a esta Casa confirmar ou não, trazer os documentos do que está mais do que evidente, de que na Secretaria de Obras existia uma regra que todos os contratos, ou na sua grande maioria, tinham que ser aditivados. A informação que recebo - e por isso é que eu levanto a suspeita, e se tivessem respondido ao requerimento, eu não estaria levantando suspeita - a informação que recebi é a seguinte, de pessoas técnicas da Secretaria de Obras: é de que se fazia um projeto arquitetônico, faltava o projeto elétrico. Já era uma justificativa para fazer o projeto elétrico e pedir um aditivo. Por essa razão eu não quero ficar com essa dúvida, eu preciso de esclarecimento.

Como não foi possível, por ser genérico o meu requerimento, porque iria ocupar todo o Governo para responder ao meu requerimento, estou fazendo um convite respeitosamente ao Secretário de Obras. Certamente vai ficar mais fácil a nossa conversa. Poderemos marcar aqui uma segunda-feira e discutirmos essa questão, esclarecermos essa questão, buscar os documentos. Eu não tenho dúvida que o Secretário Marcelo

Almeida vai trazer aqui a esta Casa os esclarecimentos que são necessários.

Quero aqui deixar claro: não é o desejo nosso estar aqui apenas para apresentar por apresentar requerimento.

Gostaria de pedir a compreensão do Líder do Governo, eu ouvi uma declaração de V. Exa. na imprensa, que não irão aprovar os nossos requerimentos. Eu quero dizer a V. Exa.: se for para trazer números aqui de requerimentos, não adianta. Ontem, eu ouvi aqui os dados, porque 80%, 85% dos requerimentos foram aprovados. Ora, tem requerimentos e requerimentos. Tem requerimentos que não entram na questão administrativa. O que nós queremos aqui é a transparência administrativa e são esses requerimentos que, ao chegarem a esta Casa, são encaminhados como genéricos.

Por esta razão é que eu vim hoje a esta tribuna, para colocar a posição da Liderança do Governo e dos meus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Líder da Oposição Deputado Valdir Rossoni.

Para ser sincero, não contava subir à tribuna nesta tarde, mas em função do pronunciamento do Líder da Oposição, eu tenho, sinceramente, que dar uma satisfação a todos os nossos integrantes que compõem a Base do Governo, nesta Casa.

Deputado Valdir Rossoni, me desculpe, eu já fui Oposição aqui nesta Casa. Fui Oposição, V. Exa. sabe, a um governo que ninguém tem saudades. Ou alguém aqui tem saudades do Governo Jaime Lerner? Não. Eu não conheço. Salvo aqueles que possam ter sido beneficiados. Esses podem ter saudades, mas como regra eu não conheço ninguém que tenha saudades.

Quero dizer a V. Exa. que não podemos, não vamos nos pautar por factóides, que são criados especialmente pela Oposição. Exemplo: V. Exas. apresentaram um requerimento sobre a compra de televisores. Ora, Exas., já assistiram pela televisão duas profundas explicações, a última sobre a questão da legalidade e da constitucionalidade da utilização do pregão eletrônico, a primeira sobre a questão técnica que envolve um projeto chamado Paraná Digital.

Eu emprestei o telefone celular do Deputado Edgar Bueno. Para quê? Para mostrar a V. Exa. Algumas de V. Exas. conhecem um televisor que usa cartão de expansão? Conhecem? Não. Não conhecem, porque nenhum televisor usa cartão de expansão. V. Exas. conhecem algum televisor que utiliza pen drive? V. Exa. sabe o que é um pen drive?

O televisor que foi adquirido, num procedimento licitatório regular, utiliza equipamentos, tecnologias que permitem ao professor no laboratório preparar a aula e utilizar forma interativa com os alunos, os equipamentos disponíveis em sala de aula, que é o televisor com o cartão de memória de expansão e o pen drive, que traz aula preparada e o professor consegue, com o controle remoto, demonstrar de forma muito objetiva o conteúdo daquela aula que foi preparada num laboratório.

(Tumulto no Plenário)

E mais, procedimento licitatório regular, absolutamente bem conduzido que vai promover, e isso que eu sei que a Oposição e muita gente que joga contra o Paraná, joga contra a Educação. Porque de fato, é um sonho mesmo: ter em 22.000 salas de aula neste nosso Estado um televisor e esse televisor poder receber conteúdo de aulas preparadas, que vão ser recebidas pelo programa Paraná Digital e fazer com que nós possamos promover uma grande inclusão social no nosso Estado.

Quero dizer mais: ontem recebi aqui do Presidente da Junta Comercial os esclarecimentos necessários. Vou passar, Deputado Rossoni, às mãos de V. Exa. os esclarecimentos feitos absolutamente regulares do que aconteceu em relação a empresa J. Malucelli, o contrato social da J. Malucelli. Não houve fraude, o que houve - na verdade está aqui muito bem esclarecido - que a certidão simplificada pelo sistema que é nacional, indexou dados de uma outra empresa de atividade econômica pelo código que está posto a empresa J. Malucelli Energia. Daqui vou passar às mãos de V. Exa. para fazer esses esclarecimentos sobre esse tema, que está transparente.

E mais: quero dizer a V. Exa. que a questão da SEOP. Esta Casa votou aqui na semana passada e rejeitou os requerimentos e V. Exa. insiste novamente. Aí sim, diga-se de passagem, de fazer o convite ao Secretário Marcelo Almeida que assumiu a Secretaria de Obras Públicas e quero dizer o seguinte: vamos esperar para ver se há ou não o desfecho do Secretário, de o nosso Deputado Federal Reinhold Stephanes assumir eventualmente o Ministério, e o Marcelo Almeida, continuando na SEOP, certamente será interessante trazê-lo aqui para discutir a questão das obras públicas do nosso Estado. E parece que sua proposta é absolutamente razoável e é interessante esse tema, porque qualifica o debate.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Gostaria de desenvolver algumas palavras nessa polêmica de requerimento. Tenho ouvido os mais diversos pronunciamentos, mas um dos pronunciamentos que eu gostaria de comentar aqui e achei muito interessantes as considerações feitas pelo nosso Presidente Nelson Justus quando diz que não pode haver exageros. E eu quero me referir agora, Deputado Rossoni, Deputado Romanelli, eu que já fui Líder nesta Casa por um período e cuidei muito disso. O que é exagero? Exagera a nossa Bancada do Governo que diz: não tem que passar nenhum requerimento. Isso é exagero que não é intenção

de V. Exa., mas exagera também a Oposição se não fizermos aqui certa filtragem para o Governo, só respondendo requerimento. E V. Exa. há de concordar conosco que isso também tem despesa. Já fui Prefeito da minha Cidade de Foz do Iguaçu por dois mandatos e sempre convivi com a Oposição, sempre ponderei a eles, e uma vez falei a um Promotor de Justiça de Foz do Iguaçu, ele fazia todos os dias dois ou três requerimentos para mim. Um dia liguei para ele e disse: Doutor, estou registrando seu requerimento na lata do lixo! Porque é improbidade administrativa gastarmos todo este recurso em papel, só porque V. Exa. quer!

Então, é preciso que nesta Casa haja bom senso, dos dois lados. Muitos dos requerimentos tem que deixar passar! É isso mesmo! Agora, se não houver bom senso e controle, realmente vira baderna. Imagino que não é intenção dos Deputados nem da Situação e nem da Oposição atrapalhar o Governo. Concordo com o Deputado Rossoni. E ontem dizia o Deputado Pugliesi que dependendo do requerimento precisaria uma carga de papel. E imagino que isto não seja papel de Deputado. Fiscalizar, é claro, mas fazer requerimentos baseados em fatos que precisam ser esclarecidos. Mas, requerer para tudo, aí é o que diz nosso Presidente, é exagero. E exageros não devemos cometer. Estou falando aqui que é preciso apelar para o bom senso, na Casa. Daqui uns dias se pára tudo, não se vota mais nada. É preciso cada um de nós ter os pés no chão e termos um raciocínio claro e lógico.

E aí eu faço um apelo ao nosso Líder da Bancada, Deputado Romanelli, dependendo do requerimento - como diz ele - tem que deixar passar mesmo. Agora, quando é requerimento que vem querendo levantar questões políticas e partidárias, só porque quer o Deputado, também não deve passar.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas para concluir, Sr. Presidente. Queria dizer, Deputado Dobrandino, que eu concordo integralmente com V. Exa. Tanto que os números eu dei desta tribuna aqui, ontem. Dos 87 requerimentos e pedidos de informação, até a última Sessão, de quinta-feira, exatamente 82% foram aprovados. Na verdade, aprovamos 72 dos 87 requerimentos. Sete, apenas sete, foram rejeitados e 8 requerimentos foram retirados pelo autor.

Nossa intenção - ao contrário, Deputado Valdir Rossoni de quando V. Exa. era Líder do Governo, não passava nada, nem votos de pesar passavam da Oposição aqui nesta Casa - nós aprovamos 72 requerimentos.

E quero dizer a V. Exas. que hoje, no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, eu ouvia ontem, o Líder do PT, o Deputado Henrique Fontana, dizendo o seguinte: que hoje vai ser votado na Câmara dos Deputados o requerimento que arquiva a CPI do Apagão Aéreo, por ele ser tão amplo e tão genérico - vejam que quanto a expressão "genérico" eu não estou inovando em absolutamente nada, ouvi isto à noite, na

madrugada, na TV Câmara - quando ele diz que por ser tão amplo e tão genérico e feito exclusivamente para desgastar o Governo.

E o que V. Exas. estão fazendo com este pedido de informações é para desgastar o Governo, não é para esclarecer nada! É única e exclusivamente para desgastar o Governo! E nós, aqui, acreditamos neste Governo. Temos história. Sabemos o que temos construído ao longo destes anos e certamente sabemos onde queremos chegar para promover uma profunda superação das desigualdades sociais deste nosso Estado, que são muito grandes. E nós o defendemos.

Era isto, Sr. Presidente, obrigado pela compreensão da Mesa.

O SR. Elio Rusch (Aparte)

Permite-me um aparte? Vai deixar a tribuna sem me permitir um aparte?

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Proposta de Emenda à Constituição, de autoria da Mesa Executiva, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 014/07, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, reivindicando providências com relação à situação precária das escolas estaduais em Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 015/07, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, propondo a criação de Regime Fiscal diferenciado no Município de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, desculpe interrompê-lo, apenas para registrar a presença, nesta Sessão, do Presidente da nossa Associação dos Engenheiros Agrônomos, Dr. Manfred, que aqui está participando desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 035/07, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao *caput* do artigo 61, da Constituição Estadual, dispondo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. COM EMENDAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL.

De acordo com o artigo 194, será aprovada a proposta pelo processo nominal que obtiver, em ambos os turnos, 3/5 dos votos dos membros da Assembléia. Serão necessários, portanto, 33 votos.

Solicito a Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, que proceda à chamada nominal. Aqueles que forem favoráveis ao Projeto responderão SIM; aqueles que forem contrários responderão NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Procede à chamada nominal)

Quarenta e quatro Deputados votaram. Quarenta e dois com a expressão SIM e dois com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovada a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Presidente, apenas deixar claro a nossa posição e também a posição de V. Exa: o que os Deputados votaram, não foi a redução das férias, reduzimos o recesso parlamentar. O Deputado não tem férias de noventa dias. Queremos deixar bem claro. É o recesso parlamentar que os Deputados aproveitam para manter a base, o contato com a sua base.

É bem diferente de ser parlamentar o recesso do que as férias de qualquer trabalhador. Isso tem que ser entendido e parabeno V. Exa. quando na imprensa deixou bem claro. Gostaríamos de na hora da promulgação dessa Constituição também fosse deixado claro: a diferença que existe entre recesso parlamentar e férias. Deputado nenhum tem noventa dias de férias. Deputado trabalha todos os dias, inclusive nos finais de semana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença nesta Casa, do Prefeito da Cidade de Iguatu, Martins Godoy, juntamente com a sua esposa. É um prazer em tê-los conosco.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovada a emenda na forma do substitutivo geral. O projeto vai para a redação final.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, V. Exa. poderia anunciar o resultado?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quarenta e dois SIM; e dois, NÃO; seis ausentes; três em licença médica. Eu não voto.

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/07, que autoriza o Poder Executivo, mediante decreto, proceder transformação de cargos de provimento em Comissão desde que não haja qualquer aumento na despesa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em regime de urgência.**

EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 054/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Executivo visa proceder a transformação dos cargos de provimento em comissão, mediante decreto, desde que não implique em aumento de despesas para o Estado.

Fundamentos

Com respaldo constitucional, vejamos o que diz, CR/88:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Nesse sentido, não há como vedar as presentes emendas, em razão de total respaldo legal e constitucional.

Conclusão

É diante da constitucionalidade das presentes emendas aferida que votamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 20.03.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Francisco Bühner, Professor Luizão, Carlos Simões, Duílio Genari, Mauro Moraes, Artagão Júnior e Valdir Rossoni

Voto contrário: Douglas Fabrício e Luiz Carlos Martins

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Nós discutimos amplamente esse projeto na sua constitucionalidade e agora, estamos encaminhando a votação do mérito do mesmo. Sabemos que dificilmente seremos - Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação do projeto, ressalvadas as emendas. Discussão não tem mais, está em votação - vencedores, com toda certeza, seremos vencidos, aqui no plenário, na votação do mérito do projeto, salvo se alguns Deputados fizeram uma reflexão nesse período entre a votação da constitucionalidade e o mérito do mesmo.

O que o Governador do Estado do Paraná está pedindo à Assembléia Legislativa? Estou aqui na Casa há dezesseis anos, indo para o meu quinto mandato. Todos os Presidentes desta Casa com quem trabalhei: Aníbal Khury, Orlando Pessuti, Nelson Justus, Hermas Brandão e outros Parlamentares que substituíram também os Presidentes na condução dos trabalhos foram unânimes, Deputado Waldyr Pugliesi, assim como V. Exa. é democrático, porque democrata seremos a partir do dia 28 no

nosso Partido. Dizer que todos defenderam a Casa, o Poder Legislativo. Não podemos aceitar que qualquer administrador queira tirar as poucas prerrogativas que o Poder Legislativo ainda tem.

Ora, quando podemos nos manifestar? Nos projetos de regulamentação do Governo do Estado, projeto de criação de cargos, são inúmeros projetos de iniciativa exclusiva do Executivo. Vimos ainda hoje o Deputado Elton Welter, desta tribuna questionar o projeto de autoria do Deputado Edgar Bueno, quando visa criar a Região Metropolitana de Cascavel. Diz o Deputado Elton Welter, que foi aparteado por alguns Deputados, dizendo que é inconstitucional, que a iniciativa tinha que ser do Executivo.

Ora, se nós Parlamentares, se a Assembléia Legislativa tem a prerrogativa assegurada pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado do Paraná no que diz respeito à criação, extinção ou transformação de cargos do Poder Executivo, que isso deve ser regulamentado por Lei Ordinária. Agora nós, através dessa Mensagem que o Governador manda para a Assembléia Legislativa, o Governador tira essa prerrogativa dos Parlamentares e o Governador quer administrar através de decreto. Ora, o que nós Deputados vamos fazer?

Se estamos encaminhando pedidos de informações, vêm o Líder do Governo e o Líder do PMDB nos condenar, dizendo que não podemos fazer os pedidos de informações, porque isso atrapalha a administração pública do Estado do Paraná. Agora vamos autorizar o Governador do Estado do Paraná a administrar com decretos. O que resta a nós Parlamentares?

Fazer, então, o pedido de informações! Quais cargos foram transformados? Qual o cargo que foi extinto das Secretarias afins? Onde eles foram parar? Quais foram incorporados? Aí, vamos fazer um pedido de informações e o que o Líder do Governo vai dizer?

Que isso é um pedido genérico, que nós não podemos fazer pedido de informações, porque isso vai atrapalhar a administração do Estado do Paraná. Ora, não entendo dessa forma! Srs. Parlamentares, são poucas as prerrogativas que temos e ainda vamos abrir mão dela. Aqui não se fala de PFL, não se fala de PMDB, não se fala de PSDB e nem de PT, mas o que estamos falando é do fortalecimento do Poder Legislativo, o que estamos falando é que o Poder Legislativo, os Deputados continuam com os poucos poderes que têm. Agora, se vamos abrir mão dessa prerrogativa para fazer com que o Governo do Estado possa alterar os seus cargos em comissão por decreto, aí não sei o que estamos fazendo.

Já disse na discussão, no encaminhamento da constitucionalidade do projeto. Quando o Governador do Estado do Paraná mandou uma mensagem aqui para a Assembléia extinguindo alguns cargos do Governo do Estado e entre eles da FUNDEPAR, do DECOM entre outros, no mesmo projeto ele pediu autorização para transferir esses cargos em comissão para Secretarias afins. Nós autorizamos e ele fez isso através de uma regu-

lamentação, mas aí estava explícito, Srs. Deputados, o que o Governador queria. Agora questiono a mim mesmo: será que isso não foi uma experiência que o Governador do Estado fez com a Casa?

Vamos experimentar se a Assembléia Legislativa nos autoriza a transformar esses cargos que estavam nesses órgãos que foram extintos e que ele pudesse transferir através de um ato Executivo, e nós demos esse cheque a ele. Não diria que foi um cheque em branco total, porque ele só podia transferir esses cargos que foram citados na mensagem quando nós aprovamos e que se transformou na Lei nº 15.466. Mas agora não, Deputado Mauro Moraes! Agora não! O Governador pede autorização da Casa para que ele possa transformar todos os cargos que existem no Governo do Estado e sem pedir autorização nenhuma. Já disse aqui desta tribuna o Deputado Valdir Rossoni, que se dermos essa oportunidade ao Governo do Estado de administrar por Decreto na questão da transformação, fusão, extinção de cargos em comissão, ele pode pegar cinco cargos, vamos supor de R\$ 1.000,00, Professor Luizão, pega cinco cargos de R\$ 1.000,00 e transforma num cargo só ou vice-versa, pega um cargo de R\$ 5.000,00 e cria cinco cargos, sem nós da Assembléia sabermos, quando a Constituição está clara - ela diz que criação, fusão ou mesmo qualquer cargo, merece uma lei específica. Aí eu chamo a atenção e gostaria até de saber qual é o posicionamento da Bancada do PT, em especial do Deputado Elton Welter, quando ele disse que o projeto de iniciativa do Deputado Edgar Bueno é inconstitucional - e este projeto é o quê? É legal? É inconstitucional? O que vamos fazer?

Por isso, peço a todos os Srs. Parlamentares, se entenderem desta forma, da necessidade, do fortalecimento do Poder Legislativo, vamos votar NÃO neste projeto.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu concordaria com todos os argumentos do Deputado Elio Rusch, desde que neste projeto não estivesse bem claro - o Governador pode alterar mediante decreto, o Poder Executivo mediante decreto, cargos de provimento em comissão, desde que não haja qualquer aumento na despesa. Eu acho que esta é uma questão que interessa à sociedade paranaense. Quanto de recurso o Poder Executivo vai dispor para seus cargos em comissão, que são instrumento democrático de exercício do poder político, conferido pelo povo no processo eleitoral - isto para mim é o cargo em comissão - é a vanguarda de um Governo, que conduz o Governo, segundo projeto político representado por aquele Governo.

Então, se não houvesse esse detalhe de aumento de despesa, eu concordaria totalmente com as palavras do Deputado Elio Rusch, mas há este detalhe. O que nós estamos dando, autorizando o Governo em que confiamos, por isso somos maioria, é que ele tenha agilidade no exercício da ação executiva, apenas transformando car-

gos, conforme a sua lógica, em busca de eficiência, conforme o desejo do poder eleito pelo povo paranaense, que configura nesta Assembléia, uma maioria de Deputados que dão autorização ao Governo para que possa agir com esta eficiência. Eu não vejo nenhum problema a este nível, lembrando ao Deputado Elio Rusch, os Deputados podem fazer isto - nós temos um valor de verba de assessoria, se nós quisermos dividir em vinte ou em cinco, é autonomia de cada Deputado não é nem do Poder Legislativo.

Então, sinceramente, eu não vejo nenhum problema, não significa dizer que o Governo pode governar por decreto, não, é só neste caso.

E, aliás, o decreto é publicado no Diário Oficial do Estado. Qualquer Parlamentar e qualquer cidadão paranaense, através do acesso ao Diário Oficial, pode questionar atos do Governador, criticar, e a maioria vai responder por esta postura do Governo.

Por este motivo, a Bancada do PT, pela conversa que tivemos com os demais Parlamentares, vota favoravelmente a este projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria, Deputado Belinati, de poder aqui chamar a atenção dos Srs. Deputados para atentar para o que nós estamos votando neste momento. Estamos votando um dos projetos que talvez seja o mais importante desta Casa no decorrer deste ano.

Deputado Reni, nós estamos votando um dos projetos mais importantes desta Casa. Eu ouvi aqui a argumentação de que o Governo, o Governador foi eleito pelo povo e nós devemos autorizar. E nós fomos eleitos por quem? Não foi pelo povo?

Só que há uma diferença, Deputados, nós fomos eleitos para legislar e estamos abrindo mão do nosso poder de legislar!

Eu não estou vendo aqui hoje um dos Deputados mais combativos desta Casa, o Deputado Tadeu Veneri. Gostaria que ele estivesse aqui hoje, que é um profundo conhecedor dessa questão e eu gostaria que o Deputado Tadeu ficasse na nossa trincheira, na trincheira do combate ao que nós estamos votando. Gostaria de pedir ao Líder do Governo, se por uma eventualidade, quando ele leu o item 2 da Ordem do Dia quando diz: governar por decreto, se isso não faz mal aos ouvidos, se não faz mal para a audição?

Vejam os senhores, meus caros Deputados, a questão da constitucionalidade já foi amplamente discutida e fica claro aqui que vamos perder esta votação. Nós não estamos tendo competência pra convencer os Srs. Deputados da questão que vamos votar, mas eu gostaria de dizer o seguinte: Deputado Dobrandino, V. Exa. sabe muito bem que um DAS de vencimento básico é R\$ 498,00. Aí se você for colocar a representação de gabinete, os encargos especiais, esse DAS-1 vai para R\$ 5.278,00. Agora, vamos entrar no campo da imaginação:

nós estamos autorizando o Governo a trabalhar com 3.600 cargos aproximadamente. O Governo poderá resolver o problema do desemprego no Paraná, sabem por quê? Porque ele poderá transformar um DAS num 15-C, aí você pega o 15-C e joga em cima, Deputado Reni, os pinduricalhos, joga a representação de gabinete, joga os encargos especiais e como é que nós vamos saber se vai haver aumento de despesa ou não? Como é que nós vamos saber se nós não temos a informação? Agora se, na eventualidade, o Governo encaminhasse aqui para esta Casa, por exemplo, a extinção de uma Secretaria o número de cargos e para onde seriam transferidos esses cargos, ficaria claro para nós.

A palavra chave desse projeto - e que muitos não estão dando a importância devida - não é o remanejamento, é a transformação, porque você pode pegar um cargo de maior valor e subdividir em vários cargos de menor valor. É por esta razão que nós estamos combatendo, além da inconstitucionalidade, nós perdemos o poder de fiscalização.

Então, Srs. Deputados, eu gostaria de dar aparte, porque este assunto é palpitante. No final do ano o Governo mandou para esta Casa, Deputado Caíto, um projeto de lei pedindo autorização para doar terrenos do Estado para Prefeituras para a construção de escolas, mas lá em uma parte do projeto de lei "... e para outras necessidades...", quer dizer, abriu-se o leque. Hoje estávamos na CCJ, dois projetos de autoria de Deputados pedindo ao Governo para doar esses terrenos. Quer dizer, nós aprovamos uma lei, combatemos para não autorizar, para fazer um decreto, e aí, o Deputado apresenta o projeto. Quer dizer, perdemos aquilo também. Agora, estamos aqui - não gosto de usar carta em branco porque ela é muito cansativa - mas vamos nos arrepender de aprovarmos este projeto.

Quero fazer uma confissão. V. Exa., Deputado Nelson Justus, fez uma confissão sobre o que pensa desse projeto. V. Exa. disse aqui, outro dia, que achava na sua forma de entender, que tinha que ser feito uma PEC. Eu tenho conversado com muitos Parlamentares intimamente e eles têm me dito: esse projeto é inconstitucional. E por isso estou sendo cansativo, chato, talvez inconveniente, mas eu não quero ser culpado pela história. Posso errar por excessos, mas não por omissão. Porque nós estamos, aqui, perdendo o controle, perdendo totalmente o controle dos cargos em comissão que ficarão no Poder Único. Imaginem se o Governador vai ter tempo para estar cuidando de DAS. Sabe quem vai cuidar disso? O Chefe da Casa Civil. E quem me diz que o Chefe da Casa Civil, e quem me convence que o Chefe da Casa Civil não vai fazer os remanejamentos conforme o seu interesse político? Ah, porque está faltando um espaço para o meu amigo!

Para concluir. Olha, estou dizendo aqui uma coisa que tem que ser levada em consideração. Imagine o Chefe da Casa Civil deste Governo, seja ele quem for, por mais apreço que tenho ao Deputado Caíto, eu não daria essa autorização a V. Exa. O Chefe da Casa Civil, vai

chegar lá alguém e ele vai transferir um cargo da Educação. Vamos imaginar: o Chefe da Casa Civil não se agradou do cargo criado em Cascavel, sem ter a Região Metropolitana, que é de R\$ 11.000,00. Ele pode transformar esse cargo de R\$ 11.000,00 em onze cargos de R\$ 1.000,00. Só isso? Só isso? E o artigo 53 da Constituição e a lei específica para remanejamento dos cargos? Olha, o que estamos aprovando, aqui, o futuro vai dizer a V. Exas. E por isso quero cansá-los de encaminhar isso aqui e dizer, porque vamos entrar com ADIN e a Justiça vai nos dar razão. E aí esta Casa vai dizer o seguinte: que barabaridade nós fizemos! Mas ainda vamos salvar esta Casa para não perder os poderes que ela tem de legislar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, considerando que o projeto já foi amplamente debatido durante muitas horas na Sessão anterior, requeiro a V. Exa., o encerramento da discussão efetivamente, para que seja colocado em votação o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Na verdade, só quero esclarecer um fato, para não parecer que ele seja verdadeiro, na colocação do Deputado Valdir Rossoni, que eu respeito muito. Os cargos em comissão são criados com a sua tabela de vencimento. Eles existem, portanto. O que aqui está fazendo, é dar uma autorização para transformação de cargos, desde que não haja aumento de vencimento. Agora, a colocação do Deputado Valdir Rossoni, com todo o respeito que eu tenho, de que possa transformar, por exemplo, um DAS-1 em DAS-5 e dar gratificação de gabinete, isso não existe nos cargos em comissão. Esse perigo não tem, Deputado Rossoni. As empresas públicas fazem o seu salário através das suas reuniões do Conselho, mas o Poder Público, o Executivo não tem.

Lamento profundamente estar fora da Casa Civil, porque não sabia que tinha esse poder que V. Exa. pensa. O Chefe da Casa Civil não tem esse poder.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Só quero fazer uma correção à intervenção do Deputado Rossoni. Não se trata de votar com a Oposição ou Situação. Eu tenho entendimento que o projeto não é constitucional. Por isso vou votar contra.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

As emendas estão sendo votadas em conjunto ou separadamente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. Nós estamos votando o projeto. Não chegamos nas emendas ainda.

Em votação o projeto.
Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa fará a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Vinte e seis Srs. Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. Dezoito Srs. Deputados rejeitam.

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

Estão em votação as emendas de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa informa que as emendas serão votadas em conjunto.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Presidente, nós temos duas emendas totalmente diferentes. Essa lei tem validade até 31 de dezembro de 2009. A outra, até 31 de dezembro, se não me falha a memória, de 2010. Se forem aprovadas as duas emendas, como é que fica? Por causa disso, eu acho que não tem como votar em conjunto. Nós não podemos antecipar o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ocorre, Deputado Elio Rusch, que não houve qualquer tipo de requerimento, qualquer tipo de pedido de destaque, razão pela qual elas serão votadas em conjunto. Aprovadas ou não.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Questão de Ordem**)

Então vamos pedir destaque, pedir para votar individualmente, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de colocar à V. Exa., salvo o equívoco, até porque não estou com o Regimento na mão. Mas, até pelo tempo que estou aqui nesta Casa, para votar em separado, teria sim, que haver o requerimento. Agora, como cada emenda têm um posicionamento, acho que não aprovado o requerimento, tem que ser votado uma a uma, separadamente. Dessa forma é a minha compreensão.

O SR. CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas que a Mesa já decidiu, e o Regimento é claro!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Permita-me ler o Regimento: (**Lê artigo 179 do Regimento Interno**)

Não houve o anúncio, já está em regime de votação. Portanto eu lamento, aguardei, olhei para todos os Deputados, ninguém apresentou nada. Li com bastante calma.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Eu sei que V. Exa. está muito calmo, mas a boa técnica legislativa ao menos nos ensina dessa forma. Como não podemos antever em uma votação, como é que vamos votar. Eu entendo e interpreto da seguinte forma: caso não haja um requerimento pedindo a votação em conjunto das emendas, votaria em separado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não estamos inventando nada, está escrito. Não houve pedido de preferência de votação por parte de nenhum de V. Exas., senão eu não teria como fazer.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para que não venhamos a prejudicar o bom andamento, a questão da técnica administrativa. Então, se V. Exa. abriu tanto precedente aqui, nós não votamos ainda, não está em processo de votação ainda, está em encaminhamento de discussão. Então vamos fazer o seguinte, vamos votar individualmente.

Eu encaminho à Mesa um requerimento pedindo que seja votado individualmente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estão em votação as emendas.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente quando os Deputados discutiam a questão de votarmos as emendas separadamente ou em conjunto, eu consultava aqui a Constituição da República e mesmo nos casos em que se decretam o estado de sítio, há necessidade de se consultar o Poder Legislativo.

Eu vejo, inclusive, na votação em conjunto um grande risco, porque nós temos duas emendas. Respeito os autores das emendas, uma é da Deputada Cida Borghetti, a outra do Deputado Romanelli, Líder do Governo, uma querendo estender os efeitos dessa lei até 2009 e outra até 2010. Seria como nós estarmos inovando o ordenamento jurídico, aqui no Estado do Paraná, não criando um estado de exceção, mas um período de exceção. Um período que vai até o final deste Governo.

Isso, com certeza, não estaríamos aqui inovando, afinal de contas o nosso país vizinho, a Venezuela, o Presidente também pediu um período para governar por decreto.

Então, eu respeito a tentativa dos autores dessas emendas, mas é chover no molhado. O projeto é totalmente inconstitucional, não pode sequer ser apreciado.

Mas, enfim, nós estamos aqui neste Plenário, hoje, para discutirmos a constitucionalidade. O projeto é inconstitucional, certamente a vontade política vai prevalecer e em que pese o voto contrário de alguns Deputados que reconhecem que não podemos sequer apreciar uma legislação que nos diminui, o poder não é desses Deputados é do Poder Legislativo.

À essas duas emendas nós nos posicionamos contrários, já na Comissão de Constituição e Justiça, porque não poderiam ser admitidas, porque na verdade seriam redundantes na inconstitucionalidade.

Se não existe estado de exceção, também não pode existir um período de exceção.

Existe uma outra emenda, em que pese ter sido colocada no projeto inconstitucional, pelo menos ela deixa um pouquinho mais justificado esse projeto. Seria no sentido de o Governo dar conhecimento a esta Casa, tão logo faça as alterações daquilo que ele alterou. Pelo menos resgata um pouquinho do Poder Legislativo.

Nesse sentido, vejo uma grande dificuldade de votar em conjunto. Confesso que vou me abster da votação, porque as duas emendas são inconstitucionais. A outra busca dar pequeno conserto ao projeto que é manifestamente inconstitucional, senão assegurar essa emenda que nós estamos falando, que é diferente das outras duas.

Se não existe período de exceção, estado de exceção, não podemos admitir uma lei que cria uma determinada vacância do ordenamento jurídico no Paraná em que a Constituição Federal, Estadual, poderá ser descumprido por dois, três, cinco anos. Com certeza, se admitirmos essas emendas e esse projeto passar com essas emendas, o próximo Governador também vai querer um período de quatro anos para governar por decreto. Se for por decreto, que seja o tempo que for necessário, afinal de contas a Constituição já foi rasgada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Tem alguns Deputados com pressa de votar e eu não tenho pressa de errar. Quando erramos, pelo menos no meu encaminhamento, quero deixar marcada aqui a minha insistência, porque o que estamos votando aqui é algo que nos deixa triste, aborrecido e confiante na justiça.

Nós vamos ingressar na Justiça com um ADIN, não tenho dúvidas que vou subir naquela tribuna e vou ler a decisão da Justiça.

Como não consigo convencer os Srs. Deputados, não tenho competência para isso, quero marcar aqui, Deputado Romanelli, V. Exa. vai nos ver entrando na Justiça, alegando a inconstitucionalidade, ganhando na Justiça e esta Casa vai se sentir diminuída, porque está cometendo um erro ao votar esse projeto de lei.

Eu dizia há pouco a alguns Parlamentares, até por conhecer a história de alguns Parlamentares aqui, que ao longo do tempo, sempre assistimos a sua atuação política, tenho certeza absoluta que ao falar em governar por decreto, faz mal para o seu íntimo, para o seu ego, para a sua forma de atuar politicamente.

Tenho certeza absoluta, que têm Parlamentares aqui votando favorável e o coração está dizendo: não cometa esse erro, não faça isso, não vote. Mas infelizmente, o poder de convencimento do Líder das Oposições é muito menor do que o poder de convencimento do Líder do Governo.

Deputado Romanelli, não tenho dúvidas que V. Exa. tem uma capacidade monstruosa de convencimento, V. Exa. tem demonstrado uma competência muito grande no exercício da Liderança e no convencimento dos Srs. Deputados. Por esta razão, não perde o Deputado Rossoni. Perde o Paraná, perde o Poder Legislativo. E estamos escrevendo uma página que não é o regime que estamos vivendo. É o regime de exceção.

Vejam o que está escrito numa emenda dos Deputados do Governo. Agora vão derrubar todas as emendas. Tudo bem. Inclusive a minha vai para o “pacote”. Mas, vejam o seguinte: parece que estamos vivendo num regime de exceção, Deputado Pugliesi. E V. Exa. foi um combatente, querendo autorizar o governo até 2010, fazer este remanejamento por decreto. Até 2010, depois não pode mais.

Então, encerro aqui meu encaminhamento das emendas que serão votadas em bloco. Estou equivocado, Sr. Presidente, tem que ser votado em bloco. Mas, na verdade o “rolo compressor” funcionou, Deputado Romanelli. Só que V. Exa., com sua competência de convencimento, pode ter certeza: está escrevendo na história uma parte desta página que nós não vamos esquecer.

Eu disse outro dia, aqui, Deputado Romanelli, que se estivesse aqui o Governador Requião, e eu acredito que o Governador Roberto Requião não tem conhecimento disto aqui, só quero dar uma informação para V. Exa.: corpo técnico da Secretaria da Administração - e eu estava me esquecendo, nós fomos buscar informação na Secretaria de Administração - e o corpo técnico da Secretaria da Administração não tem conhecimento deste projeto. E eles ficaram estupefatos, se é esta a palavra que posso dizer, aqui, neste momento, para este projeto de lei. Imaginem o que é que eles estão pensando.

Quero usar na plenitude meus dez minutos - faltam apenas três segundos - dez minutos do meu encaminhamento chato, não convincente. Mas, estamos, sim, escrevendo uma página da história deste Legislativo que não me agrada, pelos homens e pelas mulheres que aqui estão assentados, porque certamente nós teríamos competência para legislar com lei específica a qualquer remanejamento ou reestruturação ou extinção de cargos, porque esta Casa tem a competência necessária.

Muito obrigado. Desculpem pela minha chatice, mas eu me entrego, triste, porque esta Casa, hoje, não deu uma demonstração de altivez.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Para poder registrar que esta inovação da ordem jurídica foi feita em 2001, pela Emenda nº 32, por iniciativa do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, Partido do qual, aliás, o Deputado Valdir é Presidente, no Estado do Paraná.

Seguramente, o que esta Casa está votando é constitucional. Eu já disse, aqui, que os tribunais superiores se prestam, justamente, à análise do controle concentrado em constitucionalidade, em abstrato, da lei. E no caso difuso, a qualquer juiz, qualquer aplicador do direito.

Então, efetivamente o que está sendo votado aqui, hoje, é um instrumento que possibilita dar absoluta agilidade do ponto de vista da estrutura do Estado. Certamente, nós conhecemos muito bem o Governador Roberto Requião. E até eu ouvia, no outro pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni.

Nós sabemos o quanto o Governador Requião é extremamente cauteloso quando trata do erário, especialmente, quando se refere a nomeações. Por isso, quero dizer a V. Exa. que a Bancada que dá sustentação ao Governo Requião está aqui para votar este projeto porque acredita que este projeto é o instrumento que agiliza a gestão das políticas públicas do nosso Estado.

Pedimos a rejeição em bloco das emendas, mantendo a originalidade do projeto enviado pelo Governador Requião a esta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Presidente, realmente, estamos em uma situação difícil até de votar. Eu ia votar contra aquela emenda apresentada pelo Governador, porém, a votação é em bloco.

Acredito que quando se faz uma lei, ela não pode ser exclusivamente para um Governo. Você vai fazer uma lei que seja duradoura. A lei não pode prevalecer apenas para um Governador, só no exercício dele poder se valer desse benefício ou daquilo que ele almeje. Uma lei tem que ser para todos os Governos. Então, realmente, ficou uma situação muito difícil para nós.

Nós temos uma emenda da Bancada da Oposição que pede que, antes de o Governador do Estado transformar qualquer cargo, envie para esta Casa quais os cargos

e os valores dos respectivos cargos que ele pede a transformação.

Agora, o que vamos fazer, Deputado Romanelli?

No dia de amanhã, eu acredito, devemos fazer um pedido de informações, aí vai vir o Líder do Governo e vai dizer que vamos atrapalhar o Governo.

Nós temos que saber, hoje, Deputado Romanelli - acho que V. Exa. deve concordar, já que o Governador vai ter um cheque em branco de transformar os cargos que ele quiser - seria bom que a Assembléia Legislativa soubesse onde estão esses cargos, quantos cargos temos e em quais Secretarias estão lotados, antes de vigorar esta lei que a Assembléia Legislativa, sem sombra de dúvida, parece que vai aprovar.

No final do ano, temos que saber, novamente, quantos cargos foram transformados durante o ano. Aí, V. Exas. vão dizer o seguinte: "Não, não pode!" Então, a Bancada da Oposição e todos os Deputados, acho que é interesse de toda Assembléia saber, inclusive o Paraná, quantos cargos existem e onde existem, com os respectivos valores. Essa é a informação que precisamos saber, porque o Governador vai ter a oportunidade de transformar os mesmos cargos.

O Deputado Romanelli concorda que façamos isso e nós vamos apresentar, nas próximas Sessões, este requerimento na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. Os Deputados que aprovam as emendas permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que rejeitam as emendas queiram levantar-se.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

Mas os mesmos Deputados que votaram a favor vão votar contra, agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós estamos fazendo verificação de votação.

Na verificação de votação, ficou constatado que 28 Srs. Deputados votam contrários às emendas. Portanto, estão **rejeitadas as emendas.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

É a primeira vez, durante todo tempo que estou na Assembléia, que vou me abster de uma votação. Tem emendas que eu gostaria de votar favorável, outras contra. Não sendo possível, me abstenho.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero registrar a abstenção dos Deputados: Fernando Ribas Carli, Rosane, Pastor Edson e Reni Pereira. O Bloco, portanto, se abstém da votação. E o Deputado Luiz Carlos Martins, bem como Duílio Genari e Bertoldi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 012/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de Utilidade Pública a Associação Universitária Reboucense, com sede e foro no Município de Rebouças. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 080/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Casa de Sopa Allan Kardec, com sede e foro no Município de Cianorte. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/07, de 06/03/07, em Projetos de Lei)**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que determina a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, com sede no Município de Nova Santa Rosa e foro na Comarca de Marechal Cândido Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença do Prefeito de Sabáudia, Prefeito Almir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de Utilidade Pública a Associação Estação de Apoio e Oficinas, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, a ser comemorado no ano de 2008. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 055/07, de autoria dos Deputados Edgar Bueno e Chico Noroeste, que institui a Região Metropolitana de Cascavel. COM PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Publ. no DA nº 003/07, de 28/02/07, em Projetos de Lei Complementar).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 055/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei tem como objetivo criar uma Região Metropolitana abrangendo os Municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Café-lândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Três Barras do Paraná e Tupãssi.

Fundamentação

A Constituição Federal assegura aos Estados:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Constituição do Estado assim assegura:

Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

A Constituição do Estado ainda prevê:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 69. As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa.

Diante do exposto, tendo em vista a possibilidade e competência do Legislativo, no intuito de regular tal matéria, somos pela constitucionalidade do presente projeto, sugerindo apenas a transformação do presente em lei complementar, para que assim, possa adequar-se às exigências constitucionais.

Conclusão

Verificou-se que o projeto atendeu aos requisitos, bem como princípios constitucionais, uma vez que o Poder Legislativo agiu no exercício regular de suas ações.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto de lei, sugerindo a transformação em lei complementar, além da emenda ora apresentada.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 055/07

A fim de que se torne mais claro e preciso, e com fulcro no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta-se a seguinte emenda ao artigo 1º do presente projeto, o qual passará a constar:

Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguçu, Toledo, Três Barras do Paraná e Tupãssi.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 055/07

P A R E C E R :

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a proposição de autoria dos nobres Deputados

Edgar Bueno e Chico Noroeste, de instituição da Região Metropolitana de Cascavel na forma que especifica, analisando também a emenda interposta pela douta Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, parte integrante do parecer que constatou a constitucionalidade da proposta.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada equivocadamente sob a forma legislativa de projeto de lei ordinária, sendo que esta Comissão de Finanças agrega-se aos entendimentos da CCJ, passando a tratar a matéria como proposição encaminhada através de projeto de lei complementar em respeito aos preceitos do artigo 21, da Constituição do Estado. Importante informar também que intenção dos legisladores autores é de criar a Região Metropolitana de Cascavel composta por 14 Municípios e a emenda da CCJ, tenciona instituir a Região Metropolitana de Cascavel integrada por 22 Municípios, portanto se trata de proposições distintas, com traçados de polígonos definidores das Regiões Metropolitanas apregoadas, também distintos.

No entendimento desta Comissão de Finanças não há o que se discutir sobre o tema impacto financeiro da proposta, pois a iniciativa objetiva claramente instituir o organismo "Região Metropolitana de Cascavel", disciplinando tão somente no parágrafo 3º, do artigo 2º, do projeto, que incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo, sendo evidente que tais recursos, caso aprovada a Lei Complementar, deverão ser antecipadamente previstos na Lei de Diretrizes e Leis Orçamentárias anuais, não só do Estado, mas também no âmbito de todos os Municípios integrantes da Região Metropolitana em epígrafe, na forma determinada pelo artigo 24, da Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

"Art. 24. Para organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, serão destinados recursos financeiros do Estado e dos Municípios integrantes, previstos nos respectivos orçamentos anuais."

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da matéria legislativa, manifestando o parecer favorável, a ambas as proposições, tanto a originária de autoria dos nobres Deputados Edgar Bueno e Chico Noroeste, como a acessória de autoria da CCJ.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 14.03.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Em votação.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Para discutir, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estamos hoje em primeira votação do projeto de lei que cria a Região Metropolitana de Cascavel. Esse projeto, apesar de polêmico, tem uma justificativa. Leva-me aqui a repetir também a justificativa usada pelo próprio Governador quando mandou o projeto para esta Casa, da necessidade de se criar a Região Metropolitana de Cascavel.

Sr. Presidente, a Constituição Federal de 88, faculta aos Estados instituir as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Esta previsão também consta da Constituição Estadual que preceitua ainda a necessidade de assegurar a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional. Denota-se aí a importância de uma administração que envolva poder público e segmentos sociais.

A despeito de crises e dificuldades diversas, a região Oeste do Paraná vem se desenvolvendo e seus municípios reclamam meios de lhes assegurar crescimento ordenado, com planejamento integrado e suas prioridades para a superação dos problemas que enfrentam, buscando a valorização de suas culturas e tradições, assim como o respeito às suas individualidades.

Diversas outras regiões do Paraná buscam esse nível de organização. Seguindo o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, que foi constituída ainda em 73, entre as primeiras regiões metropolitanas do Brasil, sob a designação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Os avanços obtidos com a integração dos municípios e a unidade que se alcança na coordenação, os objetivos comuns são de domínio público, razão pela qual se espera o necessário apoio a essa iniciativa.

Uma região metropolitana consiste em uma realidade urbana regional, que assim entende por um espaço geográfico dentro do qual se distinguem várias iniciativas políticas e territoriais, contíguas ou superpostas entre si, segundo o nível de competência, seja local ou regional, formando uma mesma unidade sócio-econômica.

Região metropolitana pressupõe uma realidade social e econômica, cujo centro dinâmico é a metrópole, pólo de atração ou denominação e um grande espaço de população, produção e consumo, cuja manifestação é intensa é a urbanização, que dá origem a múltiplas funções de interesses comuns aos municípios limítrofes que a contém.

Ouvi um questionamento antes aqui, perguntando quais os recursos. Srs. Deputados, o Governador Requião, ao mandar para cá a criação da região metropolitana, também garantiu os recursos da ordem de manutenção e humana no próprio orçamento de 2007. A questão dos recursos está resolvida pelo próprio. Qual a autonomia da região metropolitana? A autonomia quem vai dar é o próprio Governador. A autonomia também está baseada nas necessidades regionais dos municípios

que vão integrar a região metropolitana. Questionaram, aqui, para retardar os nossos projetos, quais os planos municipais. Ora, senhores, como é que vai se saber quais os planos municipais, antes de organizar a região metropolitana, antes de constituí-la e antes de colocar em prática a organização dos 22 municípios? Conversa apenas para retardar o nosso projeto da criação da região metropolitana.

Senhores, os planos estão baseados também na sua organização, na questão da saúde regional, do transporte, a ligação do transporte entre os municípios, da educação, da cultura, do meio ambiente, de aterros sanitários. Temos alguns município da nossa região que não têm capacidade econômico-financeira para criar os seus próprios aterros sanitários, para a preservação do meio ambiente. Mas podemos, através da região metropolitana, organizar um aterro sanitário, para atender três, quatro, cinco, seis municípios que não têm essa capacidade, mas que no conjunto e com a ajuda do Estado terão Deputado Rossoni e demais Deputados, que prestar atenção neste projeto. Essa questão do conjunto de desenvolvimento, da geração de oportunidades e de empregos, está estabelecida na organização da região metropolitana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna para discutir novamente este projeto e pedir o apoio dos Srs. Deputados. Não se trata aqui, de fazer parte da Base do Governo ou de Oposição, faz-se necessário um posicionamento político dos Parlamentares, para que crie definitivamente essa região. Foram criadas em outras regiões, como em Londrina e Maringá. Cascavel se faz necessária a organização.

O Governador Roberto Requião foi inteligente ao mandar, rapidamente para cá, e me insurge o Deputado Martins quando alguns bajuladores do poder - não tem outra palavra senão bajuladores do poder - que nada disseram contra o projeto do Governador, nada disseram e no entanto bombardeiam este, que é igual àquele proposto pelo Governador. Chamo esse tipo de Parlamentar de bajuladores do poder - aqueles que concordam com tudo e não têm coragem de dizer nada, porque estão recebendo algum tipo de benefício - e aqueles que bombardeiam tudo, quando vêm de uma suposta Oposição, que não é esse o caso. Não é o caso, Deputado Cheida, porque assinam este projeto Deputados também da Base do Governo.

Este Projeto tramitou nesta Casa, passou pela Comissão de Constituição e Justiça e foi aprovado por unanimidade, passou pela Comissão de Finanças e o maior interessado, que é membro da Comissão de Finanças, não compareceu, porque esqueceu das suas obrigações. Ele não compareceu, omitiu-se, esqueceu e não cumpriu com a sua função constitucional. E é o que não compareceu lá para discutir o projeto que bombardeia, que coloca gosto ruim no projeto, que retarda o projeto, porque este projeto já poderia estar aprovado na semana passada se não fosse esse Parlamentar. Já poderia estar aprovado para legalizar aquilo que o Governador já fez,

que foi instituir o cargo, que foi nomear um cargo e nomear um cargo indevidamente é crime administrativo.

Então, por isso quero fazer um apelo aos Deputados, para que esqueçam a questão da Base do Governo ou de Oposição e que possam votar com este projeto, que é um projeto limpo, um projeto cristalino, é um projeto que já tramitou nesta Casa, é um projeto necessário, é de vontade do Governador, porque ele já se manifestou. Queria a compreensão, então, das Sras. e Srs. Deputados para que possam apoiar este projeto, que vai fazer o bem, vai organizar a região e vai levar o desenvolvimento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Olha, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvi as palavras do Deputado Edgar Bueno e ele tem uma característica que faz eu gostar muito dele, porque ele é uma pessoa apaixonada, ele defende os seus pontos de vista com profunda emoção e creio eu que é isso que faz a diferença entre as pessoas - das pessoas que passam por esta vida sem nada fazer ou marcar e de outras que vivem tão intensamente, que pelas suas posições e posturas, pela paixão que têm pela vida, acabam por fazer uma diferença. Por isso admiro o Deputado Edgar Bueno! Gosto desse seu estilo, Deputado Edgar Bueno!

Nem por isso, Exa. tenho que concordar com todas as posições que o Deputado Edgar Bueno defende. Especialmente hoje, quero dizer a V. Exa., Sras. Deputadas e Srs. Deputados que infelizmente esse projeto de lei complementar, na verdade, fere o dispositivo previsto na nossa Constituição, porque para a instalação desse processo legislativo, eu disse isto, inclusive, na reunião da Comissão de Justiça ontem, de uma forma mais ampla, é verdade, mas ele interfere, na verdade, numa matéria que é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, porque ele apresenta uma inconstitucionalidade de natureza formal no teor do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 66, inciso IV, da Constituição do Estado do Paraná, a evidente inconstitucionalidade, pois o projeto atenta na gestão administrativa interna do Poder Executivo. Desta forma, a proposição viola o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado, escrito no artigo 2º da Carta Federal, e por pretender tratar de medida que incumbe privativamente ao Chefe desse Poder, do Poder Executivo, ou seja, na verdade as funções próprias de cada Poder são, reciprocamente, indelegáveis.

É, na verdade, Exa., por esta razão que nós encaminhamos este processo de votação em nome da Liderança do Governo, no sentido de rejeitar o projeto pela flagrante inconstitucionalidade, embora, claro, temos que considerar as intenções boas do autor, embora, Exa., adentrando até no mérito do projeto, há que se reconhecer que há uma pequena, eu diria, pequena e arguta discussão a ser travada sobre o tema que envolve região metropolitana, porque os autores - e são diversos os auto-

res que tratam deste tema - reconhecem que região metropolitana é aquela cidade que exerce uma centralidade tão intensa de funções que dependem, as cidades que a ela pertencem, de forma contígua, ou seja, no mesmo território urbano, e que não é efetivamente o caso do Município de Cascavel, porque na região Oeste nós temos três cidades que exercem centralidade, quatro, para ser sincero, eu diria até cinco, embora a quinta seja questionável, mas seguramente os pólos de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu são as cidades que exercem centralidade sobre esta macrorregião do Oeste paranaense. Por isto que o Governo optou por criar uma macrorregião de planejamento regional, com isto criando as condições de se obter um desenvolvimento regional que seja harmonioso e ao mesmo tempo, claro, instigador da implementação das boas políticas públicas.

Por isto, em que pese a veemência e com toda a paixão que fez aqui o Deputado Edgar Bueno, nós encaminhamos, primeiro pela flagrante inconstitucionalidade, e segundo porque indicativamente é necessário se trabalhar reconhecendo a macrorregião do Oeste paranaense.

Por isto, Sr. Presidente, nós pedimos a rejeição deste projeto por estas duas razões, reconhecendo, é claro, a boa intenção dos autores.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu estava fora do Plenário neste momento e tivemos a informação e gostaríamos de esclarecer aqui até para evitar questionamento em relação a Comissão de Finanças. Eu almocei junto com o Deputado Elton Welter e estávamos nos dirigindo para fazer a reunião da Comissão de Finanças e por cumprimento de quórum o Vice-Presidente Reni Pereira acabou realizando a reunião, mas eu posso afirmar aqui como Presidente da Comissão que de parte do Deputado Elton Welter, em função da reunião que tivemos na Liderança do Governo, Deputado Romanelli, na apresentação da SANEPAR, na questão lá daquelas questões de esclarecimento, chegamos às 13h20 e a reunião estava marcada para 13h00 até 13h30, mas na verdade houve, digamos, um entendimento, onde o Deputado Reni Pereira, Vice-Presidente, coordenou e comandou a reunião, dentro da legislação, dentro do Regimento, com quórum preenchido. Da nossa parte e da parte do Deputado Elton Welter, quero dizer que, na verdade, ele iria à reunião.

Então, não creio que houve, Deputado Edgar Bueno, nenhuma intenção por parte do Deputado Elton Welter de não comparecer à reunião. Acho que é importante para que não se crie uma polêmica numa questão tão pequena como este assunto.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na verdade existe uma Ata onde o Vice assumiu a função do Presidente. É legal e o Deputado Elton Welter sabia dessa reunião. Tudo bem, aceito as justificativas, mas pela questão pessoal do Deputado

Elton Welter com referência à contrariedade da região metropolitana, articulou toda essa questão, eu cobreí a omissão dele em não comparecer àquela primeira reunião. Cobrei, está cobrado e fica aqui o meu registro!

E quando falei de Deputado bajulador do poder me dirigi exclusivamente - que os outros Deputados não se ofendam - mas me dirigi exclusivamente ao Deputado Elton Welter, porque não teve coragem de obstar aquilo que o Requião mandou e tem coragem para arrebrantar o nosso projeto!

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente eu só queria dizer o seguinte: o Deputado Edgar Bueno não pode se referir a um colega de Plenário, por causa de uma divergência, de forma desrespeitosa como esta. Desculpe Sr. Presidente, o Regimento Interno não prevê este tipo de comportamento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, na Sessão de hoje, nós ouvimos as mais diversas argumentações, principalmente no que se refere à constitucionalidade. Pois bem, o que entendemos por constitucionalidade? Não preciso dizer que todos nós sabemos, se nós recorrermos aos arquivos da Assembleia Legislativa, às notas taquigráficas, nós vamos encontrar diversos projetos aprovados e desde que eles sejam de interesse do Governo eles são aprovados e sancionados embora a iniciativa exclusiva fosse do Governador do Estado.

Por exemplo, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Líder do Governo, V. Exa. não era Deputado na legislatura passada mas os Deputados da Bancada do PMDB apresentaram um projeto aqui na Assembleia perdendo a dívida dos agricultores com o Panela Cheia do antigo BANESTADO. Houve uma renúncia da receita do Estado! A Assembleia aprovou o projeto, flagrante a inconstitucionalidade! A Assembleia, por iniciativa dos Deputados do PMDB, numa jogada política, apresentaram o projeto de lei perdendo a dívida dos agricultores com o Panela Cheia feito no primeiro mandato do Governador Roberto Requião. A Assembleia aprovou e o Governador sancionou, Deputado Osmar Bertoldi, aí não era inconstitucional! Renunciou receita, não é criar uma região metropolitana, que o cargo já está criado e aliás já está até nomeado. Nós aprovamos hoje, Srs. Deputados, uma lei delegando ao Governador do Estado para administrar por decreto.

Deputado Luiz Cláudio Romanelli, Líder do Governo, V. Exa. defende com tanta veemência a constitucionalidade das leis e dos projetos que estão votando aqui, mas se esquece que acabamos de aprovar uma mensagem do Governador do Estado do Paraná, que ele, por decreto, pode extinguir, criar e transformar cargos. A Constituição está clara, só pode ser feita por lei. E V. Exa. e os Deputados da Base do Governo defenderam a consti-

tucionalidade desta lei, que o Deputado Edgar Bueno juntamente com outros Srs. Deputados que subscreveram, inclusive eu, mas o autor principal é o Deputado Edgar Bueno, apresenta um projeto de lei criando a Região Metropolitana de Cascavel. Aliás, um compromisso do Governador do Estado do Paraná, que assumiu na campanha no Oeste do Paraná de criar a região metropolitana.

Vamos recorrer de novo, Deputado Romanelli e Srs. Deputados, ao passado. Este ano, no período extraordinário, o Governador apresentou e mandou a mensagem criando a Região Metropolitana de Cascavel e depois ele retira a mensagem aqui da Assembleia Legislativa. Na mesma convocação e nas mesmas Sessões o Governador do Estado pediu autorização para criar cargos para os titulares das regiões metropolitanas, entre eles Cascavel. E aí pergunto uma questão, Deputado Nelson Justus, uma questão que não consigo entender, é inconstitucional segundo o Líder do Governo, o Deputado Elton Welter criar a região metropolitana. Agora pergunto, Deputado Romanelli: e nomear uma pessoa para um cargo cujo órgão não foi criado ainda? O Deputado Rossoni, hoje na Sessão, perguntou ao Deputado Elton Welter se ele sabia que já tinha sido nomeado o Coordenador da Região Metropolitana de Cascavel e o Deputado Elton Welter disse que sim e se não me engano citou até o nome. Agora a pessoa já está nomeada para a região metropolitana.

Deputado Romanelli, V. exa. procura atrapalhar o meu raciocínio. Um Governador do Estado nomear um cargo...

(Tumulto no Plenário)

Deputado Romanelli, me ouça como eu te ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está assegurada ao Deputado Elio Rusch, ele está encaminhando.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pode ficar perto, mas em silêncio como eu me mantenho. Estou falando da nomeação de uma pessoa para o cargo da Região Metropolitana de Cascavel a qual não foi criada ainda. Aí pergunto: o que é constitucional? O que é legal? O que é moral? Aí cabe a interpretação de cada Deputado. É inconstitucional apresentar o projeto? É legal? É constitucional? Amparado em quê o Governador nomeia uma pessoa para Coordenador da Região Metropolitana de Cascavel, se ela não existe? Alguém disse hoje, que o Governador é a favor da Região Metropolitana de Cascavel. Como é que ele vai ser a favor da Região Metropolitana de Cascavel? A mensagem, quando enviada para a Assembleia, ele a retirou e já nomeou a pessoa? Aí nos parece ao menos que ele é a favor da Região de Cascavel, porque ele já nomeou a pessoa sem existir a entidade.

Por outro lado, os Deputados defendem com veemência a inconstitucionalidade desta lei. Ora, não posso acreditar que os Srs. Parlamentares que defendam a

inconstitucionalidade desta lei, que defendam ao mesmo tempo a nomeação de uma pessoa, cuja entidade ainda não existe e nem foi criada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Mesa registra a presença do Vereador Zuk, de Realeza e de igual maneira, do Presidente do PDT de Realeza. Sejam bem-vindos à Casa.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Osmar Bertoldi.

O SR. OSMAR BERTOLDI (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, eu venho discutir essa matéria, por um único motivo: o de conceito. Há vários anos existe um movimento das administrações públicas no mundo inteiro, que trata da questão da metropolização. Hoje não existem mais cidades pensadas individualmente, e quando este Plenário votar contra esse projeto, estamos indo na contramão da história. Todos nós sabemos que as políticas públicas serão mais eficientes e economicamente mais viáveis se forem compartilhadas com o município da região metropolitana. Eu elenquei alguns itens, eles são tão óbvios e tão claros! A questão do lixo, problema que assola todo o nosso Estado, será muito melhor resolvido se for tratado de maneira metropolitana, se for tratado através de consórcios de cidades que possam captar e dar um destino adequado a esse lixo. O Deputado Cheida que é um mestre na arte do meio ambiente, sabe que os fenômenos ambientais muitas vezes não têm divisas. Um rio não tem divisa, um rio corta um Estado inteiro, quem dirá, duas, três cidades e se você não tiver uma mesma política do uso do solo, uma mesma política de preservação e um mesmo projeto de um parque linear metropolitano ao longo desse rio, de nada adiantará a preservação deste ambiente natural, única e exclusivamente naquela cidade.

Então, quando se propõe a criação da Região Metropolitana de Cascavel, não quero discutir se é cedo ou tarde, porque eu acho que nunca é cedo e nunca é tarde para se fazer as coisas, mas talvez esteja no momento ideal de se planejar políticas públicas de maneira a se prever o futuro. Infelizmente, muitos dos casos aqui em nossa Cidade de Curitiba, não tivemos oportunidade de fazer planejamentos metropolitanos de sucesso em algumas questões. Tivemos em algumas, como é o caso do transporte coletivo e esse é o item pelo qual Curitiba e sua região metropolitana são lembrados mundialmente e que Cascavel, através da criação de uma região metropolitana também possa ser lembrada pela sua integração, pela integração do transporte, pela sua tarifa única.

Por que isso só pode acontecer aqui, na nossa Capital? Por que não pode acontecer nas outras regiões metropolitanas do nosso Estado? O mesmo no que diz respeito à captação de recursos. É muito mais fácil e o Ministério das Cidades prevê a liberação de recursos para

estudos técnicos, para contratação de técnicos especializados, em questão de planejamento urbano, quando se diz respeito a um consórcio metropolitano.

O que estamos fazendo aqui hoje, é talvez deixando de dar oportunidade a uma cidade e para toda uma região crescer de maneira ordenada, ao invés de darmos um passo à frente na história do nosso Estado e tentando organizar aquela região. E falo aqui sem nenhum interesse político, talvez eu tenha tido nessa região toda, dez votos. Eu fui eleito estritamente pela minha cidade, por Curitiba, em quase 99% dos votos.

Mas eu queria aqui discutir com os senhores a questão do conceito metropolitano, que é um conceito moderno, é um conceito atual, aonde a meu ver, nos próximos anos, todas as políticas públicas vão deixar de ser tratadas município a município, e vão passar a ser tratadas de forma metropolitana. Quem sabe, nós, aqui, nesta Assembléia, estamos dando uma pequena oportunidade. Já criamos a Comissão de Assuntos Metropolitanos, aqui na Assembléia, que eu acredito que é um avanço para que todos nós possamos tratar dessas questões com mais amplitude. Eu sempre sou a favor de ampliar e não de fechar, porque o que nós estamos fazendo hoje é fechando a porta para toda uma região, caso esse projeto não seja derrubado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Antes quero registrar a presença do Prefeito Luiz Padilha, da Cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo, acompanhado do Presidente da Câmara, Sílvio, que vem aqui fazer uma visita e prestigiar a nossa Sessão.

Quero, Sr. Presidente, dizer que esse projeto de lei, não é um projeto de interesse do Governo. Esse projeto de lei é um projeto de interesse do Oeste do Paraná, que se propõe a dar base, a dar estrutura a uma posição do Governador Requião, na época da campanha eleitoral. Na verdade, Deputado Edgar Bueno, esse projeto não difere basicamente nada da mensagem que o Governador Requião encaminhou para esta Casa, para criar a região Metropolitana de Cascavel. Não existe ilegalidade, não existe inconstitucionalidade. Porque se você quiser achar óbice, se você olhar com um olhar diferente, você vê uma coisa aonde eu vejo uma situação totalmente diferente daquela que você viu.

A Região Metropolitana de Londrina foi criada com um projeto de lei de autoria dos Deputados desta Casa. A Região Metropolitana de Maringá é de autoria da Deputada Cida Borghetti. Foi criada por esta Casa e o Governador sancionou. Quer dizer, não se pode tratar um assunto com duas medidas. O projeto de lei é constitucional, é legal, tem legitimidade, Sr. Presidente, eu vou votar favorável, porque a Assembléia Legislativa tem essa legi-

timidade de discutir, aqui, sim, os assuntos. Evidente que o Governador Requião vai avaliar, tem a sua assessoria jurídica para analisar, para saber depois se vai vetar ou se vai sancionar. O projeto, tem a nossa simpatia. Eu tenho absoluta convicção, porque quando eu acompanhei o Governador Requião, no primeiro e segundo turnos, lá em Cascavel, no segundo turno, o Governador Requião disse que iria criar a Região Metropolitana de Cascavel.

Tanto que ele, Sr. Presidente, tomou providência de criar, mandar o projeto de lei, mandar a estrutura num outro projeto que já foi criado por esta Casa. E nós apenas estamos dando amparo à região metropolitana.

O Deputado Romanelli encaminhou pela rejeição. Ele não era Deputado aqui nesta Casa, mas no mandato passado nós aprovamos a criação da região metropolitana por unanimidade. Naquele momento foi votado favorável.

Deputado Waldyr Pugliesi, sempre respeitei V. Exa. Poderia permitir que eu pudesse terminar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está assegurada a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Creio que é preciso que os Parlamentares aqui possam um respeitar o outro. Ou senão V. Exa. mande retirar os microfones aqui do meio. E da tribuna, o Deputado vai poder se manifestar, falar, sem que as pessoas interfiram no seu raciocínio, porque é preciso que haja respeito, por mais que contrariemos a opinião do Parlamentar que esteja aqui falando. É um jeito que sempre procedi aqui nos meus cinco mandatos. Da maneira mais educada, respeitosa, sempre procurei respeitar os Parlamentares que usam essa tribuna. E, por isso que fico lá atrás, justamente para que as pessoas possam expressar tranquilamente as suas opiniões.

Portanto, foi aprovada por unanimidade aqui nesta Casa esse projeto e o Governador Requião vetou. Eu aceitei o seu veto, porque o Governador se amparou tecnicamente, mas quando ele encaminhou de volta a mensagem para esta Casa nós entendíamos que havia vontade política de se criar a região metropolitana e foi por aí que nós juntos subscrevemos esse projeto. Estamos aqui pedindo o apoio a ele, para que ele se torne realidade e nós possamos dar a legalidade, legitimidade à nossa querida, sonhada e esperada região Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Da tribuna as pessoas às vezes se exaltam, às vezes ofendem a minha postura técnica, a minha postura de valorizar o meu Poder Legislativo. Já falei nesta tribuna que as

leis são feitas para serem alteradas. As leis precisam ser melhoradas. Esse é o Parlamento, que precisa votar e apresentar sugestões que contemplem aquilo que é realidade no nosso Estado.

Quando o Governo mandou a mensagem para cá, nem os seus técnicos tinham o convencimento que o termo metropolitano caberia na Cidade de Cascavel. Por isso que as leis não são acabadas. Convenceu-se que o termo é macrorregião e não metropolitano. Entenderam que não existe conurbação urbana. Eu, Deputado Edgar Bueno, teria vergonha de subscrever um projeto que o Governo já mandou e tinha o compromisso do período eleitoral. É como se fazer cortesia com o chapéu alheio.

É engraçado, lá na minha cidade me xingam, parece que eu defendo Cascavel. Cascavel me xinga porque eu quero criar a de Toledo. E eu nem apresentei a proposta. Veja só o absurdo. E agora tem aqui mais de dez proposições, encaminhei aqui na minha fala inicial uma proposição para que este Parlamento discuta com grandeza esse tema, discuta com profundidade esse tema, com a profundidade necessária para termos uma política de desenvolvimento regional para as cidades mais importantes deste Estado. Aí cabe, sim, acho que aí nós vamos estabelecer um marco, um método, porque passando este projeto hoje, nós vamos ter que votar em todos os outros, fechar os olhos a todos os outros. É incompreensível. Aí nós vamos ficar numa situação muito ruim, do ponto de vista do Parlamento.

Por isso é que entendo que iniciativas como esta não cabem ao Poder Legislativo. Cabem ao Poder Executivo. Cabe ao Poder Legislativo estabelecer e discutir aquilo que pode ser uma lei geral para estabelecer a questão do desenvolvimento regional integrado, para definir temas de interesse comum.

Então, não vou entrar na linha do Deputado Edgar Bueno, que me chamou de Vereador de Toledo. Eu fui Vereador lá com muita honra e muito orgulho. Hoje, sou Deputado eleito e reeleito e não quero brincar de fazer leis. E nem quero “jogar para a torcida”. Quero fazer uma lei que sirva para o futuro das gerações. Fazer uma lei que crie perspectivas de apontar políticas públicas e desenvolvimento regional, de fato.

Esta é minha postura. Não pensem que é fácil assumir posições desta natureza. É muito fácil chegar lá e dizer que eu sou contra Cascavel. Desde que me elegi Vereador, eu sempre defendi a integração regional. Sempre defendi o interesse das regiões, como um todo. Eu digo o seguinte: a quem recorremos quando precisamos de socorro? Não é ao vizinho? Eu vejo desta forma. Às vezes não é ao parente. O parente está longe.

A cidade já deu um exemplo, aqui: na área da Saúde nós prestamos assistência lá na Cidade de Toledo para Cascavel, Toledo também precisa da assistência, muitas vezes, do Hospital Regional de Cascavel. E assim as coisas se completam.

Então, estamos divergindo apenas num mérito que todos sabemos que é louvável. Agora, eu não quero colocar

em constrangimento este Poder, quando venho usar esta tribuna. Quero que este Poder faça leis que vigorem para sempre, faça leis que são de sua alçada e de sua competência.

Não posso entrar na linha que o Deputado Edgar Bueno entrou, me denegrindo, me puxando para baixo. Eu sou uma pessoa honrada, disciplinada e participo com muita disciplina de todas as Comissões Permanentes desta Casa. Aliás, eu acho que o Deputado Presidente da Comissão de Finanças foi bastante delicado - até tenho que respeitá-lo e parabenizá-lo por isso, porque ele é Presidente da Comissão de Finanças, o Deputado Edson Strapasson - ele não foi nem consultado e decidiram, na Comissão de Finanças. Eu estaria lá. Para mim o horário da Comissão era 13h30. Às 13h20 chegou o Deputado, Vice-Presidente da Comissão, Reni Pereira, dizendo que tinham decidido.

Eu não admito falas como esta, porque sou pessoa muito disciplinada, sou Líder da Bancada, graças ao empenho dos nossos companheiros, que confiaram a este companheiro a Liderança do PT na Assembléia Legislativa. E jamais vou ser bajulador de poder, porque nós temos autonomia nesta Casa e queremos fazer com que as leis que sejam aprovadas aqui, sejam leis que possam realmente ser implementadas para o futuro e que algum dia possam ser alteradas. Agora, fazer leis que já tem posicionamentos contrários, infinitos, em outros entes da Federação, é querer brincar com a inteligência.

Eu, pessoalmente, Deputado Edgar Bueno, teria vergonha de subscrever um projeto que já sabíamos que o Governo tinha compromisso de mandar para esta Casa, tinha mandado para esta Casa cópia nos mesmos termos. Sinceramente, isto me diminui, se eu subscrevo um projeto destes. Prefiro discuti-lo tecnicamente, como implementar isso lá na região de Cascavel, lá nas outras regiões onde Deputados desta Casa querem implementar.

Por isso é que sugeri, tem um requerimento que vai ser votado, a discussão de um Seminário amplo para discutir com os melhores técnicos em planejamento, em desenvolvimento urbano e regional deste Estado e deste País. Este Seminário, eu não tenho dúvidas, apontará aquilo que se quer, aquilo que vai atender ao interesse dos municípios, dos interesses comuns deles nas regiões de desenvolvimento regional, que pode ser em Cascavel, em Foz do Iguaçu, em Guarapuava, ou seja onde couber, de acordo com o planejamento, que é a melhor forma de agir e de fazer leis.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Só para poder registrar a visita, nesta Casa, do Prefeito de Wenceslau Braz, Cristóvam Andraus Júnior e do Prefeito Mário Casanova do Município de Primeiro de Maio.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Sr. Presidente, nobres Deputados.

Eu gostaria de falar o que me chama mais atenção com relação a este projeto.

Se observarmos essa discussão no Paraná, hoje, há uma tendência do nosso Estado de discutir as questões da conurbação nos diversos municípios. Não seria diferente se não estivéssemos vendo aqui um desfile de propostas a respeito desta questão, como a Região Metropolitana de Londrina, de Maringá, de Cascavel, de Toledo, de Foz do Iguaçu; lá no nosso Sudoeste: Pato Branco, Beltrão; no Centro-Sul do Paraná: Guarapuava, Irati; e tantas outras cidades que me custaria ficar enumerando.

O Paraná, nestes últimos vinte anos, entretanto, seguiu uma trajetória diferente: ele viu multiplicar os seus municípios. Nós vimos o Paraná ser dividido, redividido, esquartejado, realmente, criando estruturas administrativas onde sequer imaginávamos ser possível. Na maioria das vezes, e não quero aqui julgar, mas atendendo interesses mezinhas e locais; interesses de criar-se cargos de Vereadores, de Prefeitos, muitas vezes, atendendo até apelos de candidatos regionais.

Agora, Sr. Presidente, estamos vendo, para deleite de quem não aprovava aquele estado de coisas, uma discussão invertendo-se. É uma situação, a meu ver, alvissareira. Nós estamos, na verdade, verificando que aquilo que foi feito no Paraná trouxe um resultado: problemas. Problemas com o lixo, o transporte urbano, a saúde e coisas assim, ou seja, só se fala em conurbar, em fazer as regiões metropolitanas, porque está claro que o que foi feito foi uma estupidez, no meu entendimento. Se nós estamos admitindo essa discussão, é preciso, pelo menos, admitir que estamos admitindo isso, ou seja, já é um passo importante.

Tenho visto que a tendência no mundo - o Deputado Osmar Bertoldi foi muito feliz ao fazer referências a isso - tem sido, também, o contrário. Nós estivemos, juntamente com o Governador, no Canadá, exatamente na semana em que algumas cidades faziam eleição municipal, mas não eram eleições para eleger o Prefeito de um município, mas para refundir municípios que, inadvertidamente divididos, apresentavam problemas nas últimas duas ou três décadas. Isso no Canadá que é um país extraordinariamente avançado e sem problemas orçamentários, pelo que me consta. Diferente do nosso Brasil e do nosso Paraná que têm problemas que conhecemos tanto.

Acho que estamos iniciando uma discussão altamente profícua no Estado do Paraná. Agora, também, não podemos ir afundando o "pé na jaca", como diz o outro, querendo que as coisas se resolvam do dia para a noite. Acho o projeto do Deputado Edgar Bueno absolutamente meritório, puxa uma discussão importantíssima. Cascavel é um pólo fundamental para o nosso Estado e pensá-la enquanto região metropolitana, em que pese conceitos diferentes, é fundamental para todos nós. Assim como a cidade de Toledo, assim como Foz do Iguaçu e algumas outras.

Entretanto, vejo duas coisas que a nossa Assembleia Legislativa está tentando, a duras penas, fazer e que talvez preceda essa discussão e é por isso que resolvi falar, chamando a atenção dos autores do projeto.

A primeira é a criação proposta e já criada pelo nobre Parlamentar Osmar Bertoldi e da Comissão de Assuntos Metropolitanos, e deveria preceder qualquer discussão a respeito de uma região metropolitana, um parecer ou discussão a esse respeito. Ouvindo pelo menos o proponente desta comissão.

Segundo, é o Seminário que o nobre Deputado Elton Welter propõe, que é justamente um Seminário para que possamos aqui discutir sobre desenvolvimento regional integrado, que é o que nos parece que o Governador Roberto Requião quer para a Região Oeste do Paraná, para que não haja trombadas entre os três municípios-pólos, mas que no seu sinergismo de ação, possam realmente integrar a região.

Então, Sr. Presidente, nobres colegas e em especial nobre Deputado Edgar Bueno, seria mais prudente esta Casa encaminhar essas discussões, na Comissão de Assuntos Metropolitanos, no seminário que propõe o Deputado Elton Welter. Aí sim, quem sabe, convencendo a própria Assembleia Legislativa da oportunidade dessas iniciativas, não fiquemos aqui num machismo que acredito não é salutar para o Paraná. Sob pena de hoje, no calor de uma discussão como essa, até por questões às vezes regionais, embarcarmos em uma canoa furada e amanhã termos que nos convencer do contrário.

Como hoje, acho que essa discussão é testemunha de que o que o Paraná fez num passado muito recente, hoje está sendo revisto. Pode não estar ainda seguindo o caminho que o Canadá está seguindo, de refundir municípios, mas, estamos aqui dando testemunho de que este passado recente não trouxe solução. Trouxe mais problemas do que solução. Então, em função disso é que quero me posicionar contrário a esse projeto, além dos problemas de inconstitucionalidade que são flagrantes no mesmo, mas pedir ao Deputado Edgar Bueno que não desista da idéia e que possamos, após essas discussões que virão, encaminharmos, quem sabe, a solução deste problema.

Obrigado, Sr. Presidente, nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Há sobre a mesa Requerimento nº 469, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente, requerendo seja ouvido o Plenário para que o projeto de lei complementar seja sob o regime de votação nominal.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Está em votação o projeto.

Solicito à Sra. 1ª Secretária Cida Borghetti que proceda a chamada nominal.

Serão necessários 28 votos para aprovação do projeto. O projeto é de lei complementar. Vinte e oito votos com a expressão SIM. Aqueles que forem favoráveis ao

projeto, votam com a expressão SIM, aqueles que forem contrários, com a expressão NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)
(Procede à chamada nominal)

Trinta e nove Srs. Deputados votaram, sendo vinte com a expressão SIM e dezenove com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está rejeitado o projeto.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria que V. Exa. determinasse o encaminhamento dessa votação para o meu gabinete. Uma cópia da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ah, o resultado da votação.

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 006/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que propõe o aumento do contingente de policiais e ronda ostensiva no Município de Campo Mourão. **Aprovada. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Indicações).**

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 007/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que sugere a criação de um Batalhão da Polícia Militar no Município de Araucária - PR. **(Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Indicações).**

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero rapidamente encaminhar essa matéria. Essa indicação refere-se à criação de um novo Batalhão para a Polícia Militar do Paraná. Há algumas Sessões atrás, um companheiro nosso, um Parlamentar se referiu a uma pesquisa da Organização dos Estados Iberoamericanos, falando da questão da segurança no Brasil. Essa pesquisa relacionou os 556 municípios mais violentos do Brasil e desses 556 citados, sete são da Região Metropolitana de Curitiba. Hoje a segurança da Região Metropolitana de Curitiba está a cargo do 17º Batalhão da Polícia Militar, que tem como incumbência zelar pela segurança de um milhão e quatrocentas mil pessoas de 22 municípios, em um área de mais de 12.000km².

E o que assistimos hoje é realmente muito preocupante. Embora eu tenha o entendimento que segurança tem que se discutir desde o planejamento familiar, passar pelas escolas integrais, pelas oportunidades dadas a adolescentes, pelo respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, não dá para negar a importância de fazermos o

policiamento e tratarmos da questão efetivamente da segurança.

Entramos com essa indicação, solicitando a criação de um novo Batalhão para que possamos dividir com o 17º Batalhão a segurança e que possamos interferir em situações como estas. A taxa de homicídios em 100.000 habitantes em 2004, em São José dos Pinhais era de 34,8; Piraquara, de 63,5; Pinhais, de 31,5; Fazenda Rio Grande, 17,9; Colombo, 40,5; Araucária, 32,6; Almirante Tamandaré, 40,1. Em cada 100.000 habitantes, no ano, trinta pessoas morreram em Araucária, trinta.

Por que estamos pedindo para Araucária a criação do novo Batalhão que divida e por que Araucária e não Colombo, já que a taxa de homicídios lá é maior? Estamos por uma questão de logística. Araucária, hoje, é o segundo pólo industrial do Estado. Nós temos agora um plano de ampliação da PETROBRAS, modernização, onde se divulgou amplamente a questão de investimentos em torno de 4 bilhões de reais na REPAR. Conseqüentemente, a geração de cerca de 17.000 mil empregos. Isto significa demanda. Isto significa um crescimento imenso populacional para aquela região e nós não queremos o Batalhão para cuidar da segurança dos araucarienses, mas um Batalhão que ajude a dividir a responsabilidade do 17º e zelar pela segurança de 22 municípios que compõem a região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, em votação.

Deputados que aprovam a discussão única da Indicação nº 007/07, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Discussão Única (Indicações)

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 008/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que propõe a construção de um Hospital Regional no Município de Pato Branco. **Aprovada. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Indicações).**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria registrar com satisfação a presença da Prefeita de Flórida, Prefeita Nena, juntamente com o chefe de gabinete, Sérgio; do Prefeito de Ibaiti, nosso companheiro Peté, juntamente com o Vereador Donizetti, que estão aqui assinando convênio com o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente anotado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Da mesma forma, em meu nome e do Deputado Duílio Genari, registrar a presença do Prefeito de Maripá, o Prefeito Henrique Dekmann, que está aqui na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos à Casa.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 428, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 430, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Dizer que a Liderança do Governo encaminha favoravelmente a este pedido de informação do Deputado Jocelito Canto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 443, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 444, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 445, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Somente para dizer que encaminhamos favoravelmente a este pedido de informação do Deputado Antonio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 446 e 447, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 448, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 470, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 449, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 451 a 453, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 455, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 457, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, com apoio dos Srs. Deputados Ribas

Carli Filho, Elio Rusch, Antonio Belinati e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só para explicar aos demais Deputados. Ontem foi denunciado pelo Líder do Governo um conluio e eu quero participar que é esse requerimento que, tenho certeza, toda Casa vai apoiar. Hoje a ANTT exige que as transportadoras comprem o cartão, comprem a maquininha e paguem antecipado o cartão de vale-pedágio. Ocorre que, principalmente na safra, os caminhoneiros autônomos que são terceirizados, pegam cartão de ida e volta, carregados com crédito e as concessionárias do Estado do Paraná, quando da volta com eixos erguidos, elas cobram, no débito do cartão, o valor integral de todos os eixos, não diminuem nada. Se o caminhoneiro pagar em dinheiro eles só cobram aqueles que estão rodando. Perante o Código dos Consumidores isso não existe.

Então, estamos solicitando urgente, já mandamos cópia para a Comissão de Obras que vai pedir junto ao DER providências imediatas, porque a safra é agora, não adianta daqui a um mês. Queremos socorrer os caminhoneiros e os caminhoneiros autônomos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 458, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Rui Hara e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu pediria ao autor do requerimento que aguardasse a definição se o Deputado Federal Reinhold Stephanes poderá ser Ministro ou não, se o Marcelo que é Deputado Federal poderá ser, permanecer no cargo senão perde o objetivo. Na verdade, Deputado Rossoni, sou a favor de se ter uma conversa, mas temos que aguardar este tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Conforme entendimento entre as partes, aguardamos a retirada do requerimento.

Requerimento nº 459, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, com apoio dos Srs. Deputados Duílio Genari, Edgar Bueno, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Fiz uma solicitação ao Deputado Luiz Carlos Martins, no sentido que este pedido de informação poderia ser encaminhado pela Liderança do Governo ao destina-

tário para que pudesse responder, de forma objetiva, às indagações feitas pelo proponente e eu me incumbiria de encaminhar a resposta ao Deputado Luiz Carlos Martins.

Fiz esta proposta a ele e perguntaria se ele concorda comigo. Acho que é uma forma de encaminharmos bem o tema.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, diante da proposição do Líder do Governo, Deputado Romanelli, até porque, viu Deputado Romanelli, nós não estamos prejudgando o Secretário Maurício Requião. Não há esse sentido nem essa idéia de prejudicar o Secretário, apenas para esclarecer a todos nós para que tenhamos conhecimento do que aconteceu e do que está acontecendo. E um voto de confiança ao Deputado Romanelli, Líder do Governo.

Eu faço parte de uma Bancada de Oposição e até gostaria que os Deputados da Bancada da Oposição, através do Líder Valdir Rossoni - até porque o requerimento não vai passar, não é? Mas tenho certeza que o maior interessado em esclarecer tudo isso, viu Deputado Romanelli, e V. Exa. tem toda razão, é o próprio Secretário Maurício Requião. Tenho certeza que ele vai enviar todas as respostas das perguntas que estamos fazendo. E não se trata, aqui, de pré-julgamento, apenas uma prerrogativa que nós temos.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço muito ao autor do requerimento pela confiança. E nós encaminharemos o requerimento e ofereceremos as respostas ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. **Está rejeitado o requerimento por parte do autor.**

Requerimento nº 460, de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Esse tema também é um que merece um aprofundamento, até porque as questões não estão ainda devidamente esclarecidas. Acredito que seria interessante que nós pudéssemos aguardar, porque também, sinceramente, gostaria de ver esses esclarecimentos. Agora, as decisões que foram tomadas no plano político-administrativo, não estão, na minha avaliação, ainda consolidadas.

Então, encaminho no sentido de que possamos aguardar a votação desse requerimento ou obter as informações do Secretário da Agricultura. Se for para ser votado, a Liderança do Governo encaminharia pela rejeição do requerimento, senão que se aguarde de fato uma definição em relação ao tema.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta o Líder da Oposição se adia o pedido do requerimento ou...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Estou surpreso, Líder do Governo, com uma flexibilização que estávamos aguardando, e também com o mesmo objetivo, que é o esclarecimento. Eu abro mão do requerimento e aguardo os esclarecimentos.

Requerimento nº 461 de autoria dos Srs. Deputados Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Embora tenha encaminhado as explicações que me foram enviadas pelo Presidente da JUCEPAR, encaminhei ainda há pouco ao Deputado Valdir Rossoni. Pergunto a ele se ele ainda necessita de maiores esclarecimentos sobre o tema.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Veja, Sr. Presidente, essa é uma questão: recebi documento sem assinatura - não tenho porque duvidar do Deputado Romanelli - mas esse é um esclarecimento que precisa ser assinado por quem prestar esses esclarecimentos. Agora é só aguardarmos. Não abro mão do requerimento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhamos favoravelmente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está aprovado este requerimento. E a Mesa aproveita a oportunidade para cumprimentar os Líderes, tanto da Situação quanto a Oposição, pela maneira sóbria e elegante com que encaminharam esta questão.

Requerimentos nºs 462 e 463, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 465, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 014, 071 e 079/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 009 e 010/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala da Diretoria Legislativa, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Nishimori apresentou redação final ao Projeto de Resolução nº 003/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala da Diretoria Legislativa, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Osmar Bertoldi apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 012/07 e o Deputado Pedro Ivo o Projeto de Lei nº 080/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária